



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA
ISCED – HUÍLA

Departamento de Ciências Sociais
Secção de História

O percurso Sócio-Político dos Movimentos de Libertação Nacional de Angola: Aproximações e Desacordos num Conflito Armado Gerado pela Guerra Fria.

António Ndelesse Epifânio

Lubango, 2019



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA
ISCED – HUÍLA

Departamento de Ciências Sociais
Secção de História

O percurso Sócio-Político dos Movimentos de Libertação Nacional de Angola: Aproximações e Desacordos num Conflito Armado Gerado pela Guerra Fria.

Trabalho de Fim de curso Apresentado para a
Obtenção do Título de Licenciatura em Ensino
de História.

António Ndelesse Epifânio

Orientador: Helder Pedro Alicerce Bahu, Ph. D.

Lubango, 2019

Agradecimentos

Agradeço a minha família, especialmente a minha mãe Josefa Jamba, pelo apoio incondicional.

Agradeço de seguida ao meu tutor, Helder Pedro Alicerce Bahu, pela paciência, estima e confiança, estendo esse agradecimento a todos meus professores do ISCED-HUÍLA, sobretudo aos professores Mário Ilda Simão e Domingos Pascoal.

Quero por último e não menos importante, agradecer a todos meus colegas de licenciatura, pelo companheirismo na vida académica e pessoal, especialmente a José Mateus Catotala e Sandro Tchimbalandongo.

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha família: Josefa Jamba (mãe) e aos meus irmãos: Elda das Dores Epifânio, Fidel de Jesus Epifânio e Maria da Cruz Epifânio.

Resumo

O tema, “o percurso Sócio-Político dos Movimentos de Libertação Nacional de Angola: Aproximações e Desacordos num Conflito Armado Gerado pela Guerra Fria” é motivada pela instabilidade político-militar durante a descolonização e no pós-independência, daí a formulação do problema científico, quais os constrangimentos do percurso Sócio-Político dos Movimentos de Libertação Nacional de Angola? Cujo objectivo geral é analisar o percurso sócio-político dos movimentos de libertação nacional de Angola e inferir sobre as suas crispações no decurso de um conflito gerado pela Guerra Fria e os específicos: analisar as repercussões da Guerra Fria no percurso Sócio-Político dos movimentos de libertação nacional de Angola; explicar as crispações político-militar entre o MPLA e a UNITA de 1975-2002; descrever as disputas internas no MPLA e na UNITA de 1975-2002 e identificar as consequências da disputa do poder entre o MPLA e a UNITA na construção do Estado e da Nação angolana. A metodologia utilizada é a qualitativa e a técnica é a entrevista, três delas foram feitas aos dirigentes do MPLA, duas aos da UNITA e uma ao da CNE. O antagonismo entre os EUA e a URSS gerou a guerra fria, caracterizada por um conflito de procuração que consistia num conflito por meio de terceiros, foi neste âmbito que os movimentos de libertação de Angola foram teleguiados a disputarem o poder, gerando desacordos, caso da guerra civil 1975-2002 e a tentativa de golpe de Estado no seio do MPLA em 1977, houve também aproximações por meio de acordos que culminaram nas eleições de 1992. Tendo-se registado novamente desacordos que só terminaram com o Memorando de Entendimento de Luena em 2002.

Índice

Agradecimentos	i
Dedicatória	ii
Resumo	iii
Índice	iv
Acrónimos	v
Introdução	1
Capítulo I- Estado da Arte: As repercussões da Guerra Fria em África	6
1.1 Estado da Arte	6
1.2. Breve discussão teórica	7
1.3. Contextualização geográfica e histórica de Angola.....	8
1.3.1. Contextualização geográfica	8
1.3.2. Síntese Histórica	8
1.4. O percurso dos movimentos de libertação de Angola e suas repercussões sócio-políticas	9
1.4.1. Sistemas políticos africanos.....	9
1.4.1.1. A opção pelo monopartidarismo	11
1.4.1.2. A opção pelo multipartidarismo.....	18
Capítulo II – Os Movimentos de Libertação Nacional e as Disputas do Poder em Angola	21
2. Formas de ascensão ao poder em Angola.....	21
2.1. A guerra civil em Angola até aos acordos de Bicesse (1975-1991)	21
2.2. A tentativa de Golpe de Estado (1977)	29
2.3. As eleições em Angola e o retorno da guerra civil (1992-2002).....	37
2.4. O papel do povo na problemática da disputa do poder	46
2.5. O Posicionamento das instituições públicas (o triopoder)	48
Conclusões.....	50
Sugestões	52
Bibliografia.....	53
Anexo	59

Acrónimos

CNE- Comissão Nacional Eleitoral

EUA-Estados Unidos da América

FALA- Forças Armadas de Libertação de Angola

FAPLA- Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FNLA-Frente Nacional de Libertação de Angola

GURN- Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

MIA- Movimento de Independência de Angola

MLA- Movimento de Libertação de Angola

MNL- Movimento Nacional de Libertação

MNLA- Movimento Nacional de Libertação de Angola

MONUA- Missão de Observação das Nações Unidas em Angola

MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola

ONU- Organização das Nações Unidas

OUA- Organização da Unidade Africana

PCA- Partido Comunista Angolano

PCP- Partido Comunista Português

PIDE- Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PLUAA- Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

SWAPPO- Organização Popular do Sudoeste Africano

UPA- União dos Povos de Angola

UPNA- União dos Povos do Norte de Angola

URSS-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

A História recente de Angola é marcada pelo percurso dos movimentos de Libertação Nacional: FNLA, MPLA e UNITA, um percurso caracterizado pelo antagonismo na disputa do poder no interior de cada movimento e entre os movimentos. A hostilidade entre os movimentos angolanos está ligada ao sistema bipolar após a segunda guerra mundial, num mundo dividido entre os EUA, defensores do capitalismo e pela URSS defensora do socialismo. As superpotências procuravam expandir as suas ideologias e obter zonas de influência, o que gerou a guerra fria, caracterizada pelo combate de procuração, que consistia na utilização de terceiros: movimentos de libertação, partidos políticos ou grupos rebeldes como seus beligerantes, de modo que o conflito não fosse directamente entre elas.

Logo no seu embrião, sem mesmo terem amadurecido politicamente, os movimentos angolanos são confrontados com teleguiações das superpotências, culminando na balcanização do nacionalismo e do patriotismo, é neste ambiente hostil que se vai proclamar a independência de Angola pelo MPLA que instala o Sistema Político de Partido Único e observa-se a saída da FNLA no cenário político-militar, diferente desta, a UNITA vai contestar por meio da força das armas e da diplomacia o poder do MPLA, tendo registado-se uma guerra civil longa, devastadora e desgastante. Em 27 de Maio 1977 incidiu a tentativa de Golpe de Estado no seio do MPLA, o que resultou em inúmeras mortes durante e depois, o 27 de Maio deixou sequelas negativas no exercício da democracia, tendo a população perdido a cultura da contestação e ganhado a cultura do medo e da represália.

Nos finais de 1980 e início de 1990 começam a surgir aproximações, precisamente em 1988 com os acordos de Nova Iorque, com o objectivo de desinternacionalizar o conflito angolano, retirando os aliados dos beligerantes. Em 1989 os beligerantes vão firmar os acordos de Bbadolite, embora fracassada, o encontro permitiu que os líderes dos dois movimentos assumissem vias pacíficas dos problemas de Angola, o que não sucedia desde 1975, finalmente em 1991 são assinados os acordos de Bicesse entre o MPLA e a UNITA que resultaram no

cessar-fogo e na abertura das negociações que culminaram na realização das eleições de 1992, que traziam muitas expectativas e esperança para um povo cansado de perdas, sobretudo humanas, infelizmente a sede pelo poder não evitou o recomeço das hostilidades, tendo as aproximações resultado em inúmeros acordos falhados. A guerra só terminaria em 2002 com a morte de Jonas Savimbi e a consequente assinatura do Memorando de entendimento do Luena. Segundo José Rela (2005, p.68) a guerra civil angolana matou meio milhão de angolanos e resultou em muitos refugiados na República do Congo, na República Democrática do Congo, na Zâmbia e na Namíbia.

Quando se analisa a problemática do percurso Sócio-Político dos Movimentos de Libertação Nacional de Angola é necessário um certo cuidado, devido às inúmeras variáveis em causa que remotam antes da presença colonial, tendo se degradado no período colonial e que ganhou novas nuances no período independente, objecto deste estudo. O modelo de governo europeu que África adoptou começa a ser questionado, se é o ideal, uma vez que as constituições dizem uma coisa e o quotidiano outra.

O presente trabalho de licenciatura é o resultado das exigências que o ISCED-HUÍLA emana a todos os estudantes finalistas no sentido de elaborarem um trabalho de fim de curso para a obtenção do grau de licenciatura em Ensino da História. A escolha do tema foi motivada pela necessidade de compreensão da História recente de Angola cuja relevância é a tentativa de dar resposta ao percurso problemático dos movimentos de libertação nacional de Angola para posteriormente elaborarmos medidas, técnicas e estratégias no sentido de unirmos o país na diversidade, pacificando os processos eleitorais, tornar claro o critério de disputa do poder e a aprofundar a democracia em Angola. Daí que formulamos o seguinte problema científico: quais os constrangimentos do percurso Sócio-Político dos Movimentos de Libertação Nacional de Angola?

É neste contexto que o objectivo geral é analisar o percurso sócio-político dos movimentos de libertação nacional de Angola e inferir sobre as suas crispações no decurso de um conflito gerado pela Guerra Fria e os objectivos específicos são (1) analisar as repercussões da Guerra Fria no percurso Sócio-Político dos movimentos de libertação nacional de Angola; (2) explicar as crispações político-

militar entre o MPLA e a UNITA de 1975-2002; (3) descrever as disputas internas no MPLA e na UNITA de 1975-2002 e (4) identificar as consequências da disputa do poder entre o MPLA e a UNITA na construção do Estado e da Nação angolana.

É um estudo descritivo, de abordagem qualitativa de tipo exploratória, devido a escassez de referências bibliográficas. Para a persecução deste estudo usámos métodos e suas respectivas técnicas. Na perspectiva Trujillo (1975, p.24 citado por Marconi & Lakatos, 2011, p.280), Método é a «forma de proceder ao longo de um caminho, constituem instrumentos básicos que traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um objectivo». Neste estudo utilizámos os seguintes métodos:

Método de pesquisa bibliográfica e Método de análise documental, de acordo com Cervo *et al* (2007, p. 60), consiste em explicar o problema a partir de «referências teóricas, divulgadas em artigos, livros, dissertações ou teses, que podem ser realizadas independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental». Os dois métodos permitem investigar e analisar as contribuições culturais e científicas de determinadas temáticas. Apesar da dificuldade bibliográfica aludida na persecução deste trabalho de licenciatura, estes métodos nos valeram desde a busca e análise de livros, dissertações, artigos, jornais e revistas que abordam sobre o percurso sócio-político dos movimentos de libertação nacional de Angola;

Método Histórico, segundo Andrade (2007,p.123), consiste em «investigar os acontecimentos, processos e instituições do passado para se verificar sua influência na sociedade de hoje». Partindo do princípio de que as actuais formas de vida social e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar as suas raízes, para compreender a sua natureza e função. Este método foi empregue na recolha de informações sobre o percurso sócio-político dos movimentos de libertação nacional de Angola, tendo em conta que a guerra fria exerceu influência na maior parte dos países do mundo, logo não é um elemento novo, particularmente em África, por já ter sido estudado por diversos autores, não especificamente nos moldes que o estudamos, devido as particularidades de

cada local, mas de algum modo, as abordagens convergem, é precisamente este elemento que nos interessou;

Método comparativo, este método realiza comparações com a finalidade de verificar semelhanças e explicar divergências, podendo fazer comparações entre grupos no presente, no passado ou entre sociedades iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento (Ibidem, p.124). A utilidade deste método incidiu na comparação generalizada do percurso sócio-político do MPLA e da UNITA, estes com os de África e do mundo.

Método de História de Vida, de acordo com os autores Pardal & Lopes (2011, p.40), a História de vida «centra-se na tradição, investiga essencialmente a vida do narrador». Este método foi utilizado na recolha de informações aos dirigentes do MPLA, da UNITA e da CNE, sobre as instituições a que pertencem tendo em conta a sua participação.

Além dos métodos, recorreremos à técnicas de investigação, na visão de Ferreira (2008, p.12), técnica «é um conjunto de processos ou modos sistematizados de que se serve o pesquisador para conduzir a acção de um método». É neste âmbito que utilizámos o inquérito por entrevista, que na perspectiva de Alves-Mazzotti (1999, p. 168 citado por Marconi & Lakatos, 2011, p.280), «a entrevista, por ser de natureza interactiva, permite tratar de temas complexos, que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando-os com profundidade». Esta técnica resultou no contacto verbal com os dirigentes do MPLA, da UNITA e da CNE, o que permitiu uma profunda e aberta compreensão do percurso sócio-político dos movimentos de libertação nacional de Angola, mais do que o som da voz, também foi possível captar o semblante e o estado de espírito na abordagem de certos temas e questões.

Foram realizadas seis (6) entrevistas, o critério de seleção foi ser ou ter sido dirigente do MPLA, da UNITA e da CNE, das seis, três foram de dirigentes do MPLA, duas de dirigentes da UNITA e uma com o dirigente da CNE. Ambicionávamos ter abrangido nas entrevistas, os dirigentes do primeiro cordão das três instituições, no MPLA é o caso de José Eduardo dos Santos, Lopo de Nascimento e Roberto de Almeida, na UNITA é o caso de Isaías Samakuva, Abel

Tchivukuvuku (éx), Eugénio Manovokola, Kamalata Numa e Raúl Danda, o mesmo se aplica aos dirigentes de partidos políticos não-beligerantes e das organizações da sociedade civil que surgiram em 1992, bem como os sobreviventes do 27 de Maio e as famílias de Lúcio Lara. Portanto, não foi possível por causa dos meios financeiros que isso acarreta, a disponibilidade dessas indevidualidades, principalmente a um iniciante na investigação e pelo tempo que isso imprimiria, tendo em conta as limitações de um trabalho de licenciatura ou como qualquer trabalho científico em Angola.

Apesar das limitações expostas, é um trabalho científico, elaborado com a mais alta rigorosidade, olhando para o autor e o tutor, que são pessoas muito comprometidas com a ciência e com o país. O trabalho está dividido em dois capítulos:

No capítulo I: “Estado da Arte: As repercossões da Guerra Fria em África” principiámos por citar alguns autores proeminentes cujos estudos convergem com o presente trabalho de licenciatura, seguida de uma breve discussão teórica e da contextualização geográfica e histórica de Angola, depois apresentámos o percurso da FNLA, do MPLA e da UNITA e suas repercussões sócio-políticas, demostramos de modo genérico as opções políticas tomadas pelos movimentos de libertação de África, sobretudo os de Angola, nomeadamente o “monopartidarismo e o multipartidarismo”.

No capítulo II: “A problemática de disputa do poder em Angola”, são amplamente abordadas as formas de ascensão ao poder em Angola. Fruto da guerra fria, em Angola primeiro deu-se a “Guerra Civil”; depois a “Tentativa de Golpe de Estado” e por último a forma ideal, as “eleições”, de seguida foi analisado o “papel do povo na problemática de disputa do poder”, para fechar o capítulo foi analisado o “triopoder”, onde abordámos o papel das instituições públicas no processo de disputa do poder.

Capítulo I- Estado da Arte: As repercussões da Guerra Fria em África

Neste capítulo, é analisada a repercussão da guerra Fria nos movimentos de libertação nacionais africanos, sua influência ideológica, formas de ascensão ao poder e as opções políticas tomadas depois de conquistado o poder.

1.1 Estado da Arte

No presente estudo, recorremos a uma generalidade de informação bibliográfica, dos quais destacamos as seguintes:

Lilian Mendes Ferreira da Silva (2014). *O Papel das Organizações Regionais Africanas no desenvolvimento da democracia “O caso da SADC”*. Nesta obra, a autora faz referência aos sistemas internacionais que ditaram a política dos países africanos designadamente o colonialismo, a descolonização e as opções políticas pelo monopartidarismo e pelo multipartidarismo.

Mwayila Tshiyembe (2014). *O Estado pós-colonial: factor de insegurança em África*. Nesta obra, o autor faz a caracterização do Estado pós-colonial, aborda as euforias e expectativas envoltas das independências, faz a fotografia histórico-social de África, descrevendo o percurso dos movimentos de libertação, as actuações dos líderes africanos e suas opções políticas;

Tesfaye Habisso (2011). *O Problema da Sucessão de Liderança em África: Por que os líderes se apegam ao poder*. Neste artigo, o autor caracteriza os movimentos de libertação de África, os primeiros são os que ascenderam ao poder por meio armado, os segundos são os que travaram as ditaduras e os terceiros são os defensores da democracia, a seguir apresenta as razões da problemática do poder em África e seu gerenciamento;

Armando Marques Guedes (2014). *O Estado dos sistemas jurídicos africanos*. É um dos poucos tomos que trata e caracteriza os sistemas africanos de modo homogêneo, sem recorrer ao modelo europeu como o faz a maioria, o autor aborda a lista de países que procederam ao reconhecimento da independência de Angola, as posições ambíguas da OUA em apoiar os movimentos de libertação de

Angola e como o poder foi exercido pelo MPLA na primeira República e na segunda.

José Manuel Zenha Relá (2005). *Angola o futuro já começou*. Esta obra é o exemplo do adágio “o livro não se julga pela capa” trata de questões políticas, sociais e económicas de Angola, é o caso da guerra “civil”, da “tentativa do golpe de Estado” de 1977, que o autor considera uma luta entre populistas e tecnocratas, também aborda sobre as “eleições de 1992”, foi, portanto, uma obra muito útil para este trabalho de licenciatura por convergir com os três principais temas.

Nelson Domingos António (2015). *Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola*. Este livro embora recente, é um acervo actante para análise da democratização em Angola, tal como o tomo anterior, também aborda os três principais temas deste trabalho de licenciatura, designadamente a “guerra civil”, um pouco do “fraccionismo” e de modo extensivo as eleições de 1992, o autor faz comparações do percurso sócio-político da FNLA, do MPLA e da UNITA, descrevendo suas repercussões na construção da nação angolana.

1.2. Breve discussão teórica

Nesta breve discussão teórica, começamos por definir o conceito Percurso, na visão de Camacho e Tavares (2014, p.453), é «o acto de percorrer ou andamento», também pode ser um «trajecto» a percorrer (ibidem, p.453). Neste caso, o percurso designa a deslocação ou a trajectória percorrida pelos movimentos de libertação nacional desde o seu surgimento, referindo-se a data de sua criação e suas acções num espaço determinado, não necessariamente um percurso concluído.

Enquanto que Guerra Fria para Pereira (2008, p.25 citado por Carvalho, 2015, p.10), é um conceito duplo, a parte da «Guerra, porque os diplomatas dos dois blocos não podiam e nem queriam acertar as suas divergências por meio de negociações» e a parte «Fria, porque também não podiam e nem queriam acertá-las através da força». A guerra fria refere-se ao “*Proxy war*”, que significa “guerra por procuração”, ou seja, os EUA e a URSS não atacavam-se entre si, mas utilizavam os diversos movimentos de libertação nacional, dando apoio político-

militar para derrubar qualquer forma de governo por todos os meios, a título de exemplo a Angola teve a “guerra civil” e a tentativa de “golpe de Estado” como consequência da guerra fria.

Em relação ao conceito poder. Poder é a capacidade de dirigir ou evitar acções actuais e futuras de outros grupos de indivíduos. Dito de outro modo, poder é aquilo que exercemos sobre os outros para que tenham condutas que, de outro modo, não adoptariam. Demostramos aqui um exemplo muito citado em 1957 pelo cientista político Robert Dahl, em que dizia “A tem poder sobre B na medida em que pode levar B a fazer algo que B de outro modo não faria” (Campos, 2009, p.1 e Maím, 2013, p.20).

1.3. Contextualização geográfica e histórica de Angola

1.3.1. Contextualização geográfica

Angola situa-se na região da África Austral, confinado entre os paralelos 4° 22' e 18° 02' latitudes sul e os meridianos 11° 41' e 24° 05' longitudes Este de Greenwich, a superfície é de 1.246.700 Km², com uma costa de 1 650 km² e uma fronteira terrestre de 4 837 km². O comprimento máximo no sentido norte-sul, é de 1 277 km² e a largura máxima, no sentido Este-Oeste é de 1 236 km². Faz fronteira: a Norte com a República do Congo e a República Democrática do Congo; a Leste, com a República da Zâmbia e a República Democrática do Congo e a Sul com a Namíbia e a Oeste, com o Oceano Atlântico (Santos, 1998 citado por Bahu, 2013, p.45). O Enclave de Cabinda é parte integrante do território angolano que se estende por uma área aproximada de 7 200 Km². Está separado do território de Angola por uma faixa, com cerca de 60 km² de largura (Cardoso, 2000, p.8).

1.3.2. Síntese Histórica

A República de Angola foi habitada pela FAPA¹, nomeadamente: os Pigmeus; os Khoisan: Hotentotes e San ou Bosquímanos; Os Strand Lopes ou os “Vádios do Deserto” e os Vátuas: os Kuepsi e Kuissi (Mucuatxilamba, 2004, p.38-39). Seguir-

¹ Fundo Antigo do Povoamento Angolano. Estes grupos estão em vias de extinção devido a degradação gradual do seu meio vivente, uma vez que sua actividade tradicional é a caça e recolção e, por outra devido a agressão dos dois outros grupos: os Bantu e os europeus.

se-á o povoamento Bantu² detentores de técnicas rudimentares agrícolas e de ferro, que de certo modo atribui-lhes superioridade em relação ao FAPA, esta migração trouxe para o actual território angolano mais de 10 grupos etno-linguísticos: Bakongo, Ovibumdu, Ambundu, Côkwé, Nhaneka, Khumbi, Helelo, Ovambo, Ovakwangali e Oshindonga, geralmente agricultores, criadores e caçadores (Ibidem, 39-40). Seguiu-se o povoamento europeu, nomeadamente os portugueses desde 1482, estes por possuírem técnicas militares mais avançadas vão proceder a partir de 1575 a colonização do território que mais tarde veio a chamar-se Angola, marcada por uma oposição ou resistência desde a sua presença pelos autóctones. Porém os colonos residentes ou pelo menos a elite colonial, se sentido marginalizada em detrimento dos colonos da metrópole, começam a questionar e a contestar o governo de Lisboa, surgem os movimentos de libertação, que de certo modo estavam ligadas a FNLA, ao MPLA e mais tarde a UNITA. A guerra criou condições para que em 24 de Abril de 1974 houvesse um Golpe de Estado em Portugal, o qual derrubou o governo português, defensor da colonização, permitindo as negociações do processo de descolonização (Pimenta, 2010, p.93-99).

Angola se tornou independente a 11 de Novembro de 1975, o seu primeiro presidente foi António Agostinho Neto (1975-1979), substituído por José Eduardo dos Santos (1979-2017), também substituído por João Manuel Gonsalves Lourenço, presidente de Angola até ao momento que escrevemos o presente trabalho de licenciatura.

1.4. O percurso dos movimentos de libertação de Angola e suas repercussões sócio-políticas

1.4.1. Sistemas políticos africanos

Nesta subsecção, pretendemos analisar por que Angola tomou essa opção política e suas consequências em relação à problemática na disputa do poder, mas para tal, é necessário compreender os moldes que são criados os três movimentos de libertação e seus autores, compreensão que deve transcender a

² Os bantu são um povo de raça melano-africana que se servem, sob qualquer forma, do radical ou temática substantiva NTU para designar um ser humano, que associado ao prefixo BA, forma o conjunto BANTU (Mucuatxilamba, 2004 p.38-39).

nível externo, em consequências das diversas correntes nacionalistas e suas respectivas ideologias geradas pela guerra fria.

É controverso falar do sistema político africano ou das suas opções, nomeadamente o “monopartidarismo” e o “multipartidarismo”, porque qualquer opção tomada pela África ou por um Estado africano esteve sempre a mão do ocidente, para tal tentativa, é necessário compreender a dinâmica internacional, as características dos movimentos de libertação e o perfil dos seus líderes.

Assim, de acordo com Silva (2014, p.33), há três tipos de sistemas internacionais: o 1º Sistema Internacional de 1648-1945, desde o Tratado de Paz de Westefália³ até ao fim da Segunda Guerra Mundial, sistema marcado pela existência de centros de poder distintos, caracterizado pela ascensão e decadência de potências ao longo dos três séculos, traduzindo-se num sistema internacional multipolar; o 2º Sistema Internacional de 1945-1990, após a Segunda Guerra Mundial, este sistema foi caracterizado pela existência de dois centros de influência de poder, EUA e URSS, foi o período da Guerra Fria, caracterizado pelo Sistema Bipolar e o 3º Sistema Internacional desde 1990, com o Fim da Guerra Fria, verificou-se um único centro de decisão, os EUA, portanto Sistema Internacional unipolar.

É nos moldes destes sistemas internacionais que se pode explicar a política africana, no primeiro sistema, a colonização de África, mas depois da segunda guerra mundial onde as potências europeias saíram fragilizadas, os EUA e a URSS influenciaram o processo de descolonização, que no período posterior vão aplicar outros modelos de exploração e dominação de África, é o caso da guerra fria. No sistema internacional após a guerra fria, a África encontra-se encarcerada pelas instituições do *Bretton Woods*⁴.

³ Chamados também por tratados de Munster e Osnabruque, actualmente cidades alemãs, fazem parte dos tratados que puseram fim a guerra dos trinta anos e oitenta nos, assinados entre Fernando III, Imperador romano-germânico e os demais príncipes alemãs, franceses e suecos, que pôs fim ao conflito entre estas duas últimas potências e o sacro império.

⁴ Referimo-nos as instituições do *Bretton Woods*: ao Banco Mundial, ao FMI e suas políticas burocráticas.

Relativamente aos movimentos de libertação, de acordo com Habisso (2011, p.6), os movimentos de libertação africanos são enquadrados em três categorias: o primeiro deste grupo são os que «ascenderam ao poder por meio armado e que até a presente data se mantêm no poder». É o caso de Angola e Moçambique 1975, Zimbabwe 1980, Namíbia 1992, África do Sul 1994.

O segundo deste grupo são os movimentos de libertação que «travaram as ditaduras em seus países, mas que até a presente data se encontram no poder». Caso do Movimento de Resistência Nacional (NRM) em Uganda, Frente Democrática Revolucionária dos Povos etíopes (EPRDF), na Etiópia e Eritreia Frente Popular de Libertação (EPLF) / Frente Popular para Democracia e Justiça (PFDJ). O terceiro e último deste grupo, são os movimentos «defensores da democracia, que desde os anos de 1990 implementaram em seus países sistemas multipartidários, mas que nunca perderam as eleições». Caso da Zâmbia e do Malawi.

É surpreendente a caracterização que Habisso faz, para este autor, a maior parte destes movimentos se encontram no poder, não importa o regime político ou como ascenderam ao poder, nunca deixaram o poder ou nunca perderam eleições, isso associando ao modo de actuação dos dirigentes africanos, é mais do que claro, que há em África problemática na disputa do poder.

No prelúdio da emancipação das independências em África, existiam poucos líderes africanos que compreendiam o significado do Estado e a sua utilidade. Teve-se a ideia que o Estado era uma instituição que devia substituir a metrópole e que daria e resolveria tudo quanto o poder colonial não garantira e criara. É essa ideia romântica que se teve sobre o estado, a realidade veio constatar que ninguém entendia nada sobre o Estado, facto que o Estado não foi abordado como um instrumento unificador por uma fé comum no desenvolvimento, pelo contrário, constituiu-se a sede pelo poder político (Tshiyembe, 2014, p.87).

1.4.1.1. A opção pelo monopartidarismo

A nível de África, a opção pelo socialismo, na maior parte dos Estados justificou-se pela necessidade de um sistema igualitário, de planificação económica e da cooperação na concessão de bolsas de estudos, envio de professores e médicos

dos Estados socialistas para o continente africano, tal como o manifestava o presidente camaronês em 1969 Ahidjo, «num país tão diverso quanto o nosso, a nação só pode erigir-se no âmbito de um grande partido nacional e não no multipartidarismo que fomenta divisões com uma demagogia nociva aos interesses do país» (Silva, 2014, p.71 & Tshiyembe, 2014, p.32).

Para impor essa visão monocrática do Estado, os líderes políticos africanos beneficiavam de um contributo teórico dos meios universitários ocidentais, como Buchmann (1962, p.342-346), declarando que a «oposição arrisca-se a constituir um travão da expansão e da independência, e mesmo uma ameaça mortal para a nação, se fundada em particularismos étnicos ou regionais» e Emerson (1972, p.979), que alegou que «o sistema de um homem e de um partido são necessários em África, precisamente porque as nações assentam em bases frágeis e são confrontadas com incumbências urgentes e monumentais de integração e de desenvolvimento» (Silva, 2014, p.32).

No caso de Angola, para a compreensão da opção política pelo monopartidarismo é necessário conhecer o percurso dos movimentos de libertação. Começando pela FNLA, de acordo com Agualusa (1993, p.2) e Melíciais (2016, p.5), na sua fundação a FNLA estava ligada a aristocracia bakongo. Com a morte de D. Pedro VII e a interferência dos portugueses na sucessão do rei, o ancião Barros Nekaka cria a UPNA em 1954, mais tarde dirigida por Holden Roberto seu sobrinho, inteligente e ambicioso, desde cedo percebeu que os desafios daquela época não permitiam o ideal de restauração do reino do Kongo, devido à aderência dos militantes e dos apoios externos, como solução, cria em 1959 uma organização mais abrangente, a UPA, de âmbito regional e depois em 1962 a FNLA, de âmbito nacional.

A seguir tratemos do MPLA. O MPLA é um conjunto de agremiações de movimentos políticos que surgiram em Luanda nos anos de 1950. Aos 12 de Novembro de 1955 surge o PCA, por não ter aderência desejada, devido a uma espécie de ceptisismo sobre o comunismo, criaram o PLUAA, que no fundo seria o PCA “camuflado”, foi nessa transferência que foi escrito o manifesto em 1956 por Viriato da Cruz sobre grande influência de descolonização. Em 1957, devido a fuga e a necessidade de deslocação para o exterior dos nacionalistas para dar

continuidade a formação, são criados outros movimentos, são os casos do MIA e do MNLA ou MINA (MLA e MNL) que não aceitavam a subordinação do PCA (Pestana, 2012, p.1-3 e Bittencourt, 2017, p. 3).

O MPLA foi fundado⁵ em 30 de Janeiro de 1960, na 2ª conferência Pan-africana, em Tunis, por dois mestiços: Viriato da Cruz e Lúcio Lara, participantes da conferência em representação do MAC⁶. Para Manuel dos Santos Lima e João Van Dunem (1991), «a criação do MPLA deveria ser retardada para antes dos ataques e às prisões de 4 de Fevereiro de 1961» e para José Gonçalves, o MPLA surge pela primeira vez através da imprensa portuguesa, «o MPLA tinha reivindicado em Conackry a paternidade do 4 de Fevereiro, a idéia de uma organização que congregasse os independentistas não surtira o efeito necessário internamente, apenas a nível internacional» (Bittencourt, 2017, p.4).

Melíciais (2016, p.4-5 citando Pélissier e Wheeler, 2009, p.5), afirma que o MPLA foi criado por grupos de brancos e negros residentes em Luanda e arredores, que possuíam ideais marxistas e liberais, motivados pelas latentes desigualdades sociais vividas nas cidades costeiras de Angola. Este grupo, de acordo com Agualusa (1992, p.1), pertenciam a uma pequena burguesia urbana que prosperou entre o corredor Luanda-Malange, maioritariamente mestiça, são os casos de Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, cônego Manuel das Neves, Aníbal de Melo e Elídio Machado. Apresentavam-se como africanos de origem rural, esta mistificação foi denunciada por Holden Roberto, interrogando não compreender «como é que os filhos dos colonos podiam liderar um movimento de libertação» e por Jonas Savimbi que declarou «não ter aceitado integrar no MPLA por este ser, no fim dos anos 1950, um movimento controlado por brancos e mestiços» (Ibidem, p.2).

Por último tratemos da UNITA. A participação de Savimbi na luta contra o colonialismo teria começado com o seu ingresso na UPA-FNLA onde desempenhou os cargos de Secretário-Geral e de Ministro do GRAE, acabou por

⁵ O 10 de Dezembro de 1956 é a versão oficial da criação do MPLA (Estatuto do MPLA, 2003, p.5).

⁶ Movimento anti-colonial, uma organização unitária dos nacionalistas goeses e africanos das colónias portuguesas, cuja fundação na capital portuguesa remontava à década de 1950, apoiado internacionalmente pelo PCP e por outros movimentos políticos de esquerda europeia (Pimenta 2010, p.97-98).

sair e integrar no MPLA, onde depois saiu e criou o seu próprio movimento, a UNITA. Para tal, fez uma digressão em busca de apoios para o seu movimento, tendo solicitado movimentos, governos africanos, dirigentes nacionalistas angolanos e estrangeiros, nomeadamente a URSS, Berlim, Braga, Budapeste e Varsóvia, dos quais recebeu apoio da China, Congo (Zaire), Egipto, Marrocos e Tânzania. Savimbi já tinha quase que criado a estrutura do Movimento, o nome da organização, princípios, estatutos e até a ideologia “mãoísta” inspirado em Mão Tse Tung, adaptada a alguns princípios democráticos ocidentais e africanos. Assim aos 13 de Março de 1966 criou-se a UNITA no seu Iº congresso (Stefenson, 2009, p.26; Fernando, 2012, p.11-13 e Kandanda, 2012, p.1).

O núcleo fundador da UNITA é oriundo de diferentes étnias angolanas, José N'dele e Miguel N'zau Puna são de Cabinda, Smart Chata é tchokwé e o próprio Savimbi, ovimbundu do Planalto Central. Em comum tinham a origem rural, além disso, maior parte eram jovens educados nas missões protestantes, quase todas americanas, com rígidos princípios morais e uma forte ligação ao universo tradicional africano (Aqualusa, 1993, p.2).

A partir do exposto, sobre o surgimento dos movimentos políticos angolanos, notamos alguns pontos conflituosos, a começar pelo primeiro movimento, a UPNA que depois toma outras designações, notamos nesse movimento a circunscrição regional e tribal, embora a dada altura o movimento tenha tomado outras designações e permitiu a entrada de outros grupos étnicos, ela nunca de facto conseguiu uma expansão para além dos bakongos, primeiro objecto de sua luta, pior quando se afastou dos conflitos após a independência. Os dados eleitorais de 1992 demonstram fragilidade da FNLA em desfazer-se das amarras étnicas e durante o período que esteve envolvida na guerra civil era acusada, sobretudo pelo MPLA, que seu exército não era autónomo, mas zairense. É nesta perspetiva que Melquíades Abel de Kerlan afirmou que «a FNLA tinha um cariz tribal, era influenciada pela étnia Bakongo e poucos eram os membros que perteciam a étnia Ovimbundu ou Ambundu» ⁷.

⁷ Entrevista realizada no Lubango, em sua redidência aos 17 de Janeiro de 2019 às 14h 21.

Em relação ao MPLA, um dos grandes problemas é sobre a sua história, a data de sua criação, os autores citados alegam não encontrar documentos explícitos sobre o MPLA nas datas anteriores a 1960, os autores querem dar a entender, que antes de 1960 o MPLA não existia e se não existia, o 4 de Fevereiro de 1961 não é de sua autoria. De qualquer modo, essa data granjeou os primeiros conflitos⁸ entre o MPLA e a FNLA, outro elemento que os autores dão a entender é a questão racial e relacional com o povo comum, uma vez que a maior parte dos seus co-fundadores eram brancos e mulatos, neste sentido, a compreensão da maior parte da população angolana, que por sinal era negra, estava céptica do objecto de sua luta e de sua ideologia.

Quanto a UNITA, o seu problema com outros movimentos começa com os acordos⁹ bilaterais que foi fazendo com militares e comerciantes portugueses, por isso que durante a guerra colonial e civil, vai ser descredibilizada por outros movimentos, embora mostre não ser tribalista, facto de existirem elementos de outras étnias a desempenharem funções de realce no movimento, durante a campanha eleitoral de 1992, esta se vai cingir mais no Centro-Sul e Leste do país, sobretudo onde a língua predominante era o umbundu. Outro elemento contraditório é o facto de a UNITA defender o multipartidarismo, logo a democracia, porém os relatos¹⁰ que nos chegam da Jamba, é que era dirigida por uma política totalitária, onde as pessoas eram assassinadas ou desapareciam, o que nos leva a questionar essa instituição, por outro lado, a UNITA associava sempre os cidadãos da urbe com o MPLA, durante a campanha eleitoral de 1992 não conseguiu superar isto e não conseguiu convencer os populares da urbe que ela seria a alternativa ao MPLA, não podemos deixar de mencionar o facto que desde a sua fundação em 1966 até 2002 a UNITA foi sempre dirigida por Savimbi.

⁸ O 4 de Fevereiro de 1961 foi arquitetado pelo Cônego Manuel da Neves ligado a UPA, porém a direção da UPA temendo represálias do regime colonial inibiu o ataque (Nganga, 2008, p.105), por sua vez o MPLA ávido pela repercussão nacional e internacional deste feito procurou associa-la a si (Ibidem, p.131). Mateus e Mateus (2015, p.108) sustentam uma posição conciliadora, nacional e não partidária «Não há aqui a acção de partidos ou movimentos, apesar de alguns dos participantes até serem militantes ou simpatizantes destes».

⁹ No início de 1970 a UNITA fez um acordo com o exército português “Operação Madeira” na qual as tropas da UNITA auxiliavam o exército português contra o MPLA (Pélissier e Wheeler, 2009, p. 360; N’ganga, 2008, p.248 e Marques, 2015, p.26).

¹⁰ A UNITA carecia de democracia interna, praticava igualmente (ao MPLA) flagrantes violações aos direitos e liberdades dos cidadãos residentes nos territórios controlados por ela (António, 2015, p.117-118).

Angélico Manuel Miséria confirma as práticas de queimadas de pessoas na Jamba:

{...} nós tínhamos as nossas tropas que faziam os combates e os seus feridos vinham nos hospitais da Jamba, onde tínhamos uma retaguarda segura, mas as mulheres que estavam connosco em conluio com alguns, por causa do domínio da suprestinção, feitiço, retiravam os nossos doentes, aproveitavam fazer coisas incríveis, quer dizer, um ferido que já escapou da morte, encontra problemas de bruxaria e feitiçaria, no rigor de reacção e para dizer que isso não se deve fazer, a UNITA teve de fazer só uma única vez “a queimada de algumas pessoas”, o partido depois achou por bem deixar essa prática, até por que o Dr. Savimbi mais tarde considerou como o passivo da UNITA¹¹.

Portanto, são esses elementos que cada movimento vai utilizar para descredibilizar um ao outro, sobretudo entre o MPLA e a UNITA, com essa breve reflexão a tarefa a seguir, é compreender por que o MPLA tomou a opção política pelo “monopartidarismo”. É uma resposta certamente óbvia tendo em conta o exposto, desde 1955 com a fundação do PCA que foi uma das agremiações na posterior criação do MPLA. O socialismo e o comunismo sempre estiveram presentes a quando da estadia dos nacionalistas ligados à fundação do MPLA em Portugal, estavam em cooperação com o PCP¹², o mesmo se pode dizer do grupo de Moróvia¹³ da Argélia¹⁴ com os quais receberam grandes influências e apoios, a isso podemos acrescentar os amplos apoios da URSS e da Cuba.

Poderíamos questionar de outro modo, por ser de cariz socialista era necessariamente proclamar o Estado angolano como monopartidário, ou seja, a ideologia socialista não é conivente e tolerante com as demais forças políticas ou ideológicas? Ora bem, de acordo com António (2015, p.95), «à semelhança da maioria dos países do Bloco do Leste e de todos os países africanos Lúsofonos, o

¹¹ Entrevista realizada no Comité Provincial da UNITA na Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 21 de Janeiro de 2019 às 14h 51.

¹² Neto e os demais estudantes angolanos em Portugal sofreram grande influência do PCP, fortemente marcado pela visão stalinista, tendo ele mesmo sido militante deste partido (Mateus e Mateus, 2010, p.170 citado por António, 2015, p.104).

¹³ Na África revolucionária existia dois grupos, o “Casablanca” tido como progressista e o “Moróvia” considerado moderado, que defendia a unidade de África respeitando a soberania e o território herdado do colonialismo e a não intervenção na política doméstica de cada Estado era, portanto, um grupo marxista da qual o MPLA esteve ligado.

¹⁴ A Argélia era uma espécie de mentor revolucionário do MPLA, proporcionando-lhe apoio político e diplomático (Marques, 2015, p.293).

MPLA adotou o sistema de partido único». Em entrevista a José Miúdo Ndambuca corroborou da opinião de António, tendo acrescentado que «não houve nenhum movimento de libertação em África que proclamasse a sua independência fruto das eleições, todos os movimentos de libertação, eram monopartidaristas, lutou, proclamou a independência e está no poder» ¹⁵. Portanto não é uma opção nova ao que nos parece, é comum entre os socialistas autoproclamarem-se e estabelecerem o regime de partido único, resta-nos questionar o impacto desta opção política para Angola.

A astúcia e as parcerias militares do MPLA permitiram-lhe o controlo da capital antes do 11 de Novembro, chegando a data prevista pelos acordos de Alvor, o MPLA proclamou a independência e instaurou na Nova República, o regime de Partido Único, intitulou-se representante único do povo, tendo a ousadia de defraudar o protagonismo da FNLA, como um dos primeiros movimentos políticos contra o colonialismo e da UNITA, o único movimento sediado no país no momento mais repressivo da PIDE. A proclamação unilateral retirou os feitos atribuídos em Alvor, passando de partidos políticos à movimentos rebeldes, deixavam de ser representantes legítimos e passaram a ser “fantoques” e “lakaio”, serviçais do imperialismo e, acrescenta-se o facto de ficarem à margem do governo.

Quem deu ao MPLA a autoridade de invalidar outros autores politicamente e, autoproclamar-se representante legítimo¹⁶? Uma vez que as eleições previstas pelos acordos de Alvor nunca foram realizadas e, só as eleições podiam determinar quem devia ser o representante legítimo, essa opção política custou ao país os 27 anos de guerra civil. Portanto, foi um governo desenhado pelo MPLA e para o MPLA. A independência embora conquistada com tamanha balcanização, foi festejada por que parecia ser a conquista da liberdade e da

¹⁵ Entrevista realizada no núcleo da Assembleia Nacional da Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 17 de Janeiro de 2019 às 11h 53.

¹⁶ Tomamos a liberdade de enquadrar o processo de descolonização como uma revolução, assim a revolução desencadeada pelos movimentos de libertação de Angola visava à instauração de um governo nacional que emanasse da vontade do povo, proclamada a independência não se verificou a legitimidade do governo angolano de 1975 a 1991. De acordo com Finer (1997, p.1463), o autor descreve no excerto da declaração universal dos direitos do Homem e do cidadão, a preceptível necessidade que denominamos de “eleições” para legitimar o exercício de poder governar «o princípio de toda a soberania reside essencialmente na nação; nenhum organismo ou indivíduo pode exercer autoridade que não imane dela expressamente».

felicidade, mas nos anos subsequentes, demonstrou que era apenas uma libertação dos colonos para a dominação e exploração pelos ditos nossos concidadãos, uma minoria abastada que governa sem o mínimo de remorso pela má vida que passou a dar aos ditos compatriotas.

1.4.1.2. A opção pelo multipartidarismo

A nível de África, de acordo com Peter Karibe Mendy, para a instituição do multipartidarismo concorreram três factores decisivos «o desgaste institucional, a instabilidade política e a crise económica e a pressão dos doadores» (Carvalho, 2014, p.437). O autoritarismo erigido em modo corrente de governação perdia assim a sua principal fonte de legitimação, o Estado autoritário mostrou-se incapaz de promover o desenvolvimento económico e político, igualmente incapaz de realizar a unidade nacional, sua decadência deu-se finalmente com a queda do bloco comunista, desacreditando o modelo de partido-Estado, inspiração dos regimes africanos de partido único, tanto de orientação liberal: Costa do Marfim, Togo, Quénia, Camarões, etc., como “socialista”: Benim, Angola, Congo, Moçambique, Gana, etc. (Otayek, 2007, p.134).

Da Tunísia à Moçambique, da Mauritânia à Madagáscar, os governos vigentes, assentes em estruturas unipartidárias e altamente personalizados, eram agora forçados a competir em eleições multipartidárias com novos ou revitalizados movimentos da oposição. O continente vivia, nas palavras de Thabo Mbeki, uma experiência política renovadora (Cravino, 2009, p.10).

O impacto do regime de partido único em Angola foi de forma genérica os 16 anos de guerra civil, uma vez proclamada a independência e instaurado o regime de Partido Único, a UNITA não aceitou perder os privilégios conquistados na guerra colonial, tendo desecandeado uma luta pelo poder, forçando o MPLA a reconsiderar a opção política que tomara em 1975, tendo optado desta vez pelo multipartidarismo. De acordo com António (2015, p.21-22), a maior parte da literatura sustenta que os factores endógenos são os que determinam a transição para a democracia, em detrimento dos factores exógenos, porém, para o caso de Angola, foram os factores exógenos que determinaram a transição.

Alguns dos nossos interlocutores não compartilham da opinião de António, é o caso de João Candieiro Muessamua que alegou que está claro que quem se bateu contra o monopartidarismo em Angola durante os seus 16 anos foi a UNITA, em Bicesse quando a UNITA foi questionada por que lutava, alegou a não aceitação por parte do MPLA da democracia e quando ela aceitou, a guerra acabou¹⁷.

Outros interlocutores optaram pela opção conciliadora entre os factores internos e externos, é o caso de José Miúdo Ndambuca que declarou que «o multipartidarismo é fruto do contexto nacional e internacional, ninguém pode envaidecer-se como dono do multipartidarismo, os regimes monopartidaristas em África foram acabando aos poucos»¹⁸. Do mesmo modo Marcelina Gomes defendeu que o multipartidarismo em Angola é o resultado «da pressão externa e interna, após a queda do muro de Berlin a URSS começa a entrar em crise, foi neste processo que Angola começou a mostrar abertura e reforma, evitando a pressão política, económica e social»¹⁹.

O mesmo o disse Melquíades Abel de Kerlan, «num contexto de modernidade não pareceria bem um partido dirigir um país, fez-se um conjunto de reflexões para criar as condições para surgir o multipartidarismo»²⁰. Portanto, o multipartidarismo em Angola é resultado de factores internos, por que a UNITA se bateu contra o monopartidarismo, reivindicando as conquistas obtidas nos acordos de Alvor, agora, também é verdade que os factores externos imprimiram certa pressão que encontraram apoio de forças internas, nisto os argumentos conciliadores fazem menção.

Com o fim do modelo Socialista e a transição para o multipartidarismo, a revisão Constitucional de 1991 (lei 12/91) instituiu o Estado democrático de Direito e o novo enquadramento jurídico consagrou os usuais direitos, liberdades e garantias fundamentais, abriu espaço ao surgimento de partidos políticos da oposição e das chamadas Organizações da Sociedade Civil. Embora a democracia tenha, em

¹⁷ Entrevista realizada na Humpata, no Comité Municipal da UNITA, na recepção aos 17 de Janeiro de 2019 às 9h 53.

¹⁸ Entrevista realizada no núcleo da Assembleia Nacional da Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 17 de Janeiro de 2019 às 11h 53.

¹⁹ Entrevista realizada no Lubango em sua residência aos 17 de Janeiro de 2019 às 17h 27.

²⁰ Entrevista realizada no Lubango, em sua residência aos 17 de Janeiro de 2019 às 14h 21.

muitos aspectos, aberto o processo político em África e trazido à liberdade à população, também favoreceu o caos e a instabilidade que agravaram a corrupção e minaram a autoridade da lei em muitos países. Trata-se aqui, não de ensinar que a África estava melhor com os ditadores do passado, mas sugerir que a sua primeira necessidade, mais que a democracia, é a boa governação (Rela 2005, p.791-801).

Capítulo II – Os Movimentos de Libertação Nacional e as Disputas do Poder em Angola

A terciarização do conflito entre os EUA e a URSS acarretaram efeitos negativos para Angola, no balanço foram mais de 27 anos de guerra civil, a morte de mais de meio milhão de angolanos, deficientes de guerra e os incalculáveis recursos que fez funcionar a máquina de guerra, isso sem contar com a tentativa de golpe de Estado de 1977, o fracasso das eleições de 1992 e a memória de consternação entre angolanos, que impede muitos de continuarem a construção de uma nação sem receios.

2. Formas de ascensão ao poder em Angola

2.1. A guerra civil em Angola até aos acordos de Bicesse (1975-1991)

A guerra civil em Angola tem a sua génese no período de luta anticolonial, os movimentos de libertação nacionais organizados em torno de interesses distintos, que com o tempo se radicalizaram, tornando-se cada vez mais a impossibilidade de uma aproximação em nome dos altos interesses da nação, as eleições e a independência, conforme ditavam os acordos de Alvor (Abreu, 2008, p.102-103). De acordo com Mbah (2012, p. 367-372), os acordos de Alvor de 15 de Janeiro de 1975, previam no seu artº 40 a realização de eleições em Outubro, no seu artº 4 a proclamação da independência aos 11 de Novembro de 1975, no seu artº15 a formação do governo de transição, que seria constituído pelos três movimentos de libertação, designadamente o MPLA, a FNLA e a UNITA, estes que segundo o artº 24 competia velar e cooperar pela boa condução do processo de descolonização até a independência.

O cronograma do processo descrito pelos acordos de Alvor infelizmente só chegou até a formação do governo de transição, que segundo Fragoso (2009, p. 56-66), quando se aproximava a data das eleições e da Independência «o exército nacional, que devia proteger e defender o governo de transição foi asfixiado pelos exércitos de ambos os movimentos, é assim que a UNITA e a FNLA, foram esmagadas em Luanda, pelas forças do MPLA».

Apesar das irregularidades, a independência foi proclamada de forma unilateral e Abreu (2008, p.102-103), refere-se a proclamação de duas independências no mesmo dia e em locais distintos «uma protagonizada pelo MPLA em Luanda e outra no Huambo, pela efémera coligação UNITA-FNLA». De acordo com Guedes (2004, P.111), seguiu-se uma lista de países liderados pelo Brasil, que procederam ao reconhecimento da República Popular de Angola, proclamada pelo MPLA, o que não sucedeu com a República Democrática de Angola proclamada pela UNITA e pela FNLA.

Os nossos interlocutores, questionados sobre a ideia da possível ligação da guerra civil com a pretensão de se atingir o poder, separam-se entre o sim e o não, de acordo com José Miúdo Ndambuca «todos os partidos políticos em África estavam sendo teleguiados a partir do exterior, cada movimento tinha a sua ideologia e os seus aliados eram antagônicos»²¹. Segundo Marcelina Gomes «todas as guerras têm vários objectivos e um desses objectivos é realmente a ascensão ao poder, Angola foi palco duma guerra, para alguns foi manter o poder por que já lhes era reconhecido e para outros acender ao poder»²². Na perspectiva de João Candieiro Muessamua, para a «UNITA não se tratava de disputa pelo poder, mas expulsar os cubanos, uma vez que assinados os acordos de Alvor, antes que isso fosse uma realidade, o MPLA com a cumplicidade desta expulsou os dois movimentos de Luanda»²³. Contudo Angélico Manuel Miséria também dirigente da UNITA concordou e acrescentou que a «UNITA surge para expulsar o colonialismo e assumir o poder político»²⁴.

Ao que colhemos dos nossos interlocutores, no nosso entender para José Miúdo Ndambuca o problema de Angola nessa altura eram as teleguiações estrangeiras, movidas pela guerra fria, cuja base era o conflito ideológico, assim os movimentos internos estando em contradição aliaram-se as forças externas, com o objectivo de obter o poder político e governar segundo essa ideologia, contudo o MPLA

²¹ Entrevista realizada no núcleo da Assembleia Nacional da Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 17 de Janeiro de 2019 às 11h 53.

²² Entrevista realizada no Lubango em sua residência aos 17 de Janeiro de 2019 às 17h.

²³ Entrevista realizada na Humpata, no Comité Municipal da UNITA, na recepção aos 17 de Janeiro de 2019 às 9h 53.

²⁴ Entrevista realizada no Comité Provincial da UNITA na Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 21 de Janeiro de 2019 às 14h 51.

entrou na dianteira, junto com os seus aliados expulsou a FNLA e a UNITA e proclamou a independência, instalando o governo de ideologia socialista.

Ora, para Marcelina Gomes, a guerra não se justificava por que o país acabava já de sair de uma, de qualquer modo ela ocorreu. Posições negadas por João Candieiro Muessamua, que no seu entender, a UNITA não lutava para obter o poder, mas para expulsar os neocolonialistas e restaurar os princípios de Alvor, realizando eleições, no fundo, através dela atingir o poder, posição confirmada por Angélico Manuel Miséria, dizendo que, o objectivo da UNITA era atingir o poder, que poderia ser por duas vias, a primeira e urgente, combater com a ponta do cano da arma, expulsando os neocolonialistas, os aliados do MPLA e depois, por meios pacíficos, dando sequência às negociações previstas em Alvor.

Expostos os problemas deste modo, partimos para a sua análise, é oportuno abalizarmos Guerra Civil de Guerra Fria, depois é imperativo, explicar a amplitude da Guerra Fria na Guerra Civil angolana, naturalmente que isso impõe que conceituemos a ideologia, caracterizemos-la e enquadremos-la no contexto angolano. Lembremos que Guerra Civil é um conflito armado entre dois beligerantes domésticos sobre uma «incompatibilidade contestada» gerando desacordo sem perspectiva de solução pacífica (Gates, 2002, p. 4 citado por Zimmerman, 2009, p.4). Enquanto Guerra Fria, na óptica de Simão (2017, p.5) é a designação atribuída ao conflito político-ideológico entre os EUA defensores do capitalismo e a URSS defensora do socialismo. A guerra civil consiste no confronto directo entre beligerantes do mesmo país dentro de suas fronteiras, ao passo que na guerra fria não há confronto directo e nem se quer ocorre nos seus territórios, apenas em áreas de suas influências.

Em relação à amplitude da guerra fria no contexto angolano ela é grande. Se olharmos para o período de sua duração, notaremos que os conflitos de 1975-1991 se encaixam perfeitamente, contudo, ela foi dessiminando sua pólvora desde a guerra anticolonial. Em 2017 Simão afirmava o seguinte sobre a guerra fria:

Após a IIª guerra mundial, as duas superpotências com um poder industrial consolidado, sem quaisquer possessões coloniais em África e ávidas em estender a

sua influência em novos mercados ocupados pelas potências coloniais europeias, necessárias para obterem matérias-primas e escoarem seus produtos da sua poderosa indústria, vão financiar e armar os movimentos reacionários quer de tendência socialista ou capitalista, para orquestrar golpes de Estados, assassinatos e prisões de líderes em todos os continentes.

Desde então, não só em África, como em outros continentes, o mundo ficou ideologicamente dividido, é um elemento recente na História da Humanidade, uma vez que os indivíduos sempre lutaram, não pelas ideologias, mas pela riqueza, pelo poder, pelo domínio das coisas e dos homens, actualmente as pessoas lutam por uma determinada concepção da sociedade, do que ela é e do que deve ser. É nesta perspectiva que convidamos Willems (1961 citado por Nunes, 1961, p.5), que nos dá a concepção de ideologia, sendo o «sistema de ideias de um certo grupo e condicionado, em última análise, pelos centros de interesse desse grupo», acrescentando que a função da ideologia reside na conquista e conservação de uma posição social para os seus membros.

O grande mal das ideologias é a ideia ou o sentimento que se propaga a não convivência pacífica e a intolerância, tudo por que os dirigentes de partidos, ávidos por defenderem as suas posições político-sociais, agitam as massas, que geralmente são menos pensantes, explorando problemas antigos e as vezes mesquinhos, torando-os grandes e atuantes, é o caso do regionalismo, tribalismo e racismo.

De acordo com Hersch (1956, p.6 citado por Nunes 1961, p.13-15) existem as seguintes ideologias:

- Ideologia fascista: a que reclama a autoridade absoluta para seu dirigente, não sujeito ao controlo, imbuído de patriotismo, espera-se que o líder proporcione ao seu povo o prestígio e a felicidade;
- Ideologia comunista: a que defende autoridade absoluta ao dirigente, também não sujeito ao controlo e, espera-se que proporcione aos trabalhadores do mundo inteiro justiça e bem-estar;
- Ideologia liberal conservadora: no campo político defende o livre jogo das opiniões e no campo económico, a oferta e a procura, o que pressupõem a

manutenção da democracia e a hierarquia económica, com distinção entre patrões e assalariados;

- Ideologia democrática progressista: politicamente defende a manutenção da democrática e economicamente a hierarquia económica em benefício dos assalariados, não necessariamente a supressão da distinção entre patrões e assalariados;
- Ideologia socialista: politicamente defende a manutenção da democracia e economicamente a supressão da hierarquia com abolição de patrões e assalariados.

Como sabemos a ideologia do MPLA é a última, o socialismo, esta classificação por ser simplificada não mostra algumas subideologias e as relações entre elas, porque não desejamos nos alongar tanto nesta temática, contudo, também sabemos que a ideologia da UNITA é o Maoísmo, pelo menos o era desde a sua fundação, o Maoísmo é uma ideologia ou corrente do socialismo cuja a ideia era promover a experiência da China como modelo de revolução no mundo através das ideias de Mao Tse Tung (Chang e Halliday, 2005, p.438). Seria oportuno diferenciar Socialismo do Maoísmo, na verdade, a bibliografia que tivemos acesso pouco o diz, ao que nos parece as bases são as mesmas com o socialismo: política, económica e social, diferindo no aspecto em que com Mao Tse Tung a China se tornaria numa grande potência fora da esfera dos EUA e da URSS, com isso entraria num expansionismo pelo mundo liderando todos partidos não socialistas ou comunistas, mas maoístas. A grande preocupação de Mao foi industrializar a actividade camponesa, uma vez que o socialismo e o comunismo eram originários de países industrializados, desejando tornar a China em uma potência, entendeu trilhar os mesmos passos que os países ocidentais.

Logo, nós não vemos diferenças ideológicas acentuadas entre o MPLA e a UNITA. Vamos explorar as opiniões dos nossos interlocutores e depois tirar uma ilação generalizada. Questionados sobre as diferenças ideológicas entre o MPLA e a UNITA, Marcelina Gomes dirigente do MPLA disse que «do pouco que agente vê e lê, me parece que a UNITA joga por onde lhe favorece, a UNITA tanto teve contributo do ocidente como teve da China»²⁵. Melquíades Abel de Kerlan

²⁵ Entrevista realizada no Lubango em sua residência aos 17 de Janeiro de 2019 às 17h.

dirigente do MPLA afirmou que o MPLA tem uma ideologia de esquerda²⁶ e a UNITA a do Savimbi, que é de tendência Maoísta, durante o tempo que ele esteve na China, no fundo eu não consigo identificar a ideologia da UNITA, eles têm a tendência capitalista, mas não aplicavam ao seu rival²⁷. De acordo com Angélico Manuel Miséria dirigente da UNITA «idiologicamente a UNITA é um partido de Centro-Esquerda²⁸, a China é sim comunista, fomos somente buscar a técnica militar, a ideologia saiu de dentro, é isto que a UNITA fez com a África do Sul»²⁹.

Ao que nos parece, o problema ideológico de Angola é um falso problema, já o dissemos que as diferenças ideológicas entre o MPLA e a UNITA é mínima, do que foi dito pelos nossos interlocutores temos as seguintes asserções: (1) que pouco se sabe sobre a ideologia da UNITA, quer os próprios militantes quer a nível da bibliografia; (2) do que se sabe é que ela é Maoísta, uma corrente do socialismo, que o posicionamento político é de Centro-Esquerda, tendo em conta o *slogan* “em primeiro o angolano, em segundo o angolano, em terceiro o angolano”, que demonstra uma proposta de governação cujo interesse é cuidar dos cidadãos nacionais, em detrimento dos estrangeiros, típico de partidos de esquerda, por outra, o multipartidarismo que sempre defendeu é prova de liberdade, típico de partidos Centro-Esquerda, essa caracterização é resultado da junção do socialismo, do capitalismo e das tradições africanas, principalmente dos Ovimbundu e que politicamente coliga-se em função das necessidades, independentemente do país ou grupo político-militar, sem importar-se com a ética política; (3) que realmente não há diferenças ideológicas entre o MPLA e a UNITA que legitimassem a destruição do país, por que o MPLA é socialista e a UNITA é Maoísta, uma corrente do socialismo, logo ambas são socialistas e de esquerda e, por último (4) na prática a UNITA não se mostra como Centro-Esquerda, mas sim como Centro-Direita e o MPLA como Extrema-Direita e não como esquerda,

²⁶ As denominações Esquerda e Direita surgiram durante a Revolução Francesa, os que sentavam-se à Esquerda do rei, eram defensores de menos poderes para o rei e mais para o povo, com o tempo, esta posição passou a ser defendida pelos partidos socialistas e comunistas, politicamente ela defende que o governo deve ser grande e forte para garantir diversos serviços sociais, com efeito, valorizando a igualdade e monosprezando a liberdade.

²⁷ Entrevista realizada no Lubango, em sua redidência aos 17 de Janeiro de 2019 às 14h

²⁸ Diferente da Esquerda, os partidos Centro-Esquerda tendem a primar pelo equilíbrio do poder entre o governo e o povo, valorizando na mesma proporção a igualdade e a liberdade.

²⁹ Entrevista realizada no Comité Provincial da UNITA na Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 21 de Janeiro de 2019 às 14h 51.

tendo em conta esse paradoxo, portanto, há em Angola problemas ideológicos, como o demonstramos não havia a necessidade de tanta morte e destruição, mas por causa de militantes que não compreendem os conceitos ideológicos e de dirigentes que mal os aplicam, por ignorância ou por astúcia dos seus “mestres europeus”, na linha do “dividir para melhor reinar”, defraudaram a realidade e minam as relações do povo e condicionaram os altos interesses nacionais.

Considerando a influência dos aliados dos beligerantes, questionamos aos nossos interlocutores sobre a sua influência na ascensão do MPLA ao poder e da não ascensão da FNLA e da UNITA. Colocada a questão, para José Miúdo Ndambuca dirigente do partido do MPLA «os aliados prestaram muitos serviços, podemos dizer que a UNITA perdeu, porque a sua independência não foi reconhecida e o MPLA ganhou»³⁰. Na mesma senda Marcelina Gomes dirigente do mesmo partido defendeu que «em Angola os aliados influenciaram do ponto de vista militar e pouco no âmbito político, o MPLA teve legitimidade do povo, o MPLA submeteu outras forças políticas pelas forças das armas»³¹. Como já aludimos o governo do MPLA de 1975-1991 não teve legitimidade e Marcelina Gomes nesta contradição, acaba por concordar quando afirma que «o MPLA submeteu outras forças políticas pelas forças das armas», ora, a legitimidade conquista-se pelo consenso e universalmente a legitimidade advém das eleições, por outra, os EUA e a URSS influenciaram extremamente a ideologia dos movimentos de Angola.

Na perspectiva de João Candieiro Muessamua dirigente da UNITA «o único aliado permanente da UNITA é o povo, como nunca atingimos o poder, onde podessemos encontrar algumas condições de sobrevivência é onde nos aliávamos, de resto é diplomacia»³². A nosso ver a perspectiva de Muessamua está ligada ao fracasso da UNITA em atingir o poder conforme nos confirma Angélico Manuel Miséria, em 1991, antes das assinaturas dos acordos de Bicesse, os americanos prejudicaram a nossa luta, nós havíamos derrotado por totalidade o MPLA na Grande Ofensiva do último Assalto, era mais um pouco e

³⁰ Entrevista realizada no núcleo da Assembleia Nacional da Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 17 de Janeiro de 2019 às 11h 53.

³¹ Entrevista realizada no Lubango em sua residência aos 17 de Janeiro de 2019 às 17h.

³² Entrevista realizada na Humpata, no Comité Municipal da UNITA, na recepção aos 17 de Janeiro de 2019 às 9h 53.

corríamos com o MPLA, mas nos convenceram a negociar, se não, nós não teríamos admitido que a coordenação do processo eleitoral fosse entregue a uma comissão não independente³³.

A OUA tinha uma posição ambígua, inicialmente apoiava a FNLA, mas no período crucial em que precisava conciliar os três movimentos, não teve autoridade para o efeito, só em finais de 1975 manteve a posição de apoiar o MPLA, depois de este obter claras vitórias sobre outros movimentos, infelizmente os diversos membros já se tinham aliado a cada movimento angolano. A África do Sul, temendo a nova geopolítica da África Austral vai se aliar a UNITA (Guedes, 2004, p.111).

Na perspectiva de Rela (2005, p.64), Angola e Moçambique, no período português representaram para África do Sul um papel de “tampão” e lhe permitiam, sem grandes sobressaltos, manter intacta a sua política de Apartheid, significavam agora, para este país, um perigo real, já que se constituíam em poderosos pontos de apoio ao ANC e da SWAPO e a consequente independência da Namíbia.

Relativamente ao desempenho da OUA e da ONU, Marcelina Gomes dirigente do MPLA aludiu que essas organizações fizeram pouco, durante anos não tinham influências nestas questões por que dependiam muito dos países que poderiam ajudar no desenvolvimento das questões políticas e de guerra, nós tivemos a MONUA, que era supervisionada pelos portugueses e alguns militares da OUA³⁴.

Fazendo o balanço da actuação da OUA e da ONU Angélico Manuel Miséria dirigente da UNITA alegou que «a OUA reconheceu a UNITA muito tarde, só nos beneficiamos do seu apoio por causa da SWAPO, nossas forças ficaram juntas na Tanzânia e na China, a ONU reconheceu-nos, mas depois retirou-nos da lista»³⁵. De recordar que a UNITA foi reconhecida pela OUA no dia 09 de Janeiro de 1975, foi importante por que esse reconhecimento o colocava no mesmo pé de igualdade com a FNLA e o MPLA nos acordos de Alvor (Marques, 2015, p.171). O grande problema de toda a organização internacional reside no facto de ser

³³ Entrevista realizada no Comité Provincial da UNITA na Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 21 de Janeiro de 2019 às 14h 51.

³⁴ Entrevista realizada no Lubango em sua residência aos 17 de Janeiro de 2019 às 17h.

³⁵ Entrevista realizada no Comité Provincial da UNITA na Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 21 de Janeiro de 2019 às 14h 51.

constituída por diversos membros, em suas reuniões têm posição única, enquanto organização, mas os interesses dos membros beliscam muitas das deliberações, sobretudo em política onde não há posições unânimes, sempre que há conflitos, há posições e partidos dos diferentes membros, foi o que aconteceu na guerra civil angolana, os membros da OUA estavam divididos entre a FNLA, o MPLA e a UNITA.

Das diversas tentativas para acabar com o conflito por meio de um acordo, o primeiro deles foi o de Nova Iorque, assinado aos 22 de Dezembro de 1988, apesar de não ter posto fim a guerra civil em Angola, possibilitou que ela deixasse de ser internacional, retirando os parceiros de cada um dos beligerantes. Seguiu-se o acordo de Gbadolite, assinados em 22 de Junho de 1989 em Bbadolite, Zaire (RDC), entre o governo do MPLA, representado pelo seu presidente José Eduardo dos Santos e o movimento rebelde UNITA, representado pelo seu líder Jonas Malheiro Savimbi, estiveram presentes 18 chefes de Estado africanos, o acordo foi mediado pelo presidente Mobutu Sese Seko (Valentim, 2010, p. 41).

Citando novamente Valentim (2010, p.41), o acordo de Gbadolite é considerado como o preâmbulo duma paz negociável em Angola, uma vez que permitiu o encontro entre os beligerantes, o que não sucedia desde 1975, porém o entrave deste acordo foi à falta de consenso em relação aos interesses dos beligerantes. Para o MPLA, a emergência era o cessar-fogo e o exílio de Savimbi, para a UNITA passava por negociações detalhadas sobre o problema político de Angola.

Malaquias (2005, p. 27), a falha de Gbadolite «rondou em torno da questão de quem disse o quê e quando». Prossegue o mesmo autor, os EUA, engajados no cessar-fogo da guerra em Angola, tendo-se observado o fracasso de Gbadolite, Warren Clark o subsecretário Adjunto americano para os Assuntos Africanos, chega em Luanda a 2 de Novembro de 1989, permitindo a transferência das negociações de Kinshasa para Bicesse-Portugal, assunto que abordaremos no tema “As eleições em Angola e o retorno da guerra civil (1992-2002)”.

2.2. A tentativa de Golpe de Estado (1977)

Sobre o 27 de Maio de 1977 há duas opiniões, uma atesta a tentativa de golpe de Estado e outra nega esta visão, de qualquer modo são problemas no seio do

MPLA que se prolongaram até ao governo, cujas consequências a sociedade angolana pagou. Alguns o chamam de 27 de Maio e outros de o Fraccionismo. Neste sentido, Guedes (2004, p.114), considerou o fraccionismo como sendo um conflito no seio do MPLA que se opôs aos militantes prós Nitistas e prós Netistas. A URSS apoiou inicialmente Nito Alves, tal como o fez o PCP, mas os cubanos decidiram apoiar Agostinho Neto. Nossos interlocutores dirigentes do MPLA questionados se o 27 de Maio foi uma tentativa para assaltar o poder. Marcelina Gomes referiu que «houve tentativa de assaltar o poder desecandeado por elementos ligados a Agostinho Neto, inclusive o seu afilhado, achavam que não estava a seguir as ideologias traçadas durante o máqui»³⁶. Para Melquíades Abel de Kerlan «de certo modo houve sim tentativa de assaltar o poder, este assalto ao poder é a tendência de destronar a liderança do MPLA na pessoa de Agostinho Neto»³⁷.

Na música intitulada "MPLA matou Nito Alves", de Brigadeiro 10 Pacotes, músico angolano de estilo Hip-hop, residente em França, o artista relata o extracto de uma lista com nomes dos mandantes e executores da carnificina que se seguiu após o 27 de Maio, são «Agostinho Neto, seu chefe de gabinete, Hermínio Escórcio, Lúcio Lara, Henrique Carreira "Iko", João Luís Neto "Xietu", Henrique Santos "Onambwe" e chefes da DISA», os executores ou carrascos, foram «António José Maria "General Zé Maria", Carlos Jorge, Tino Peliganga, Cristiano André, João e Henrique Beirão, Baião, Chiangulo, António Carlos Silva, Pitogue, Margroso, José Vales, Victor Gertueiras, Eduardo Veloso, Zeca França, Miguel de Carvalho "Wadijimbi" entre outros assassinos»³⁸.

Portanto, de acordo com esses dirigentes do MPLA (1) são unânimes em afirmar que se tratava de uma tentativa de golpe de Estado; (2) quanto a questão de obter o poder, José Miúdo Ndambuca não afirma e Melquíades Abel de Kerlan demonstra certa dúvida, mas Marcelina Gomes concorda plenamente. A timidez de José Miúdo Ndambuca e de Melquíades Abel de Kerlan nos obrigam a concluir por eles, de acordo com o conceito de Golpe de Estado e as descrições que

³⁶ Entrevista realizada no Lubango em sua residência aos 17 de Janeiro de 2019 às 17h

³⁷ Entrevista realizada no Lubango, em sua residência aos 17 de Janeiro de 2019 às 14h

³⁸ https://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=11273:angola-e-o-27-de-maio-de-1977-o-genocidio-comparavel-ao-holocausto-nazi-ii-e-fim-makuta-nkondo&catid=17&Itemid=1067&lang=pt. Acesso aos 07-04-2019 às 15h 32.

esses dirigentes fazem, é de facto uma tentativa para assaltar o poder, por que o fim do golpe de Estado é tomar o governo, fazendo as reformas necessárias nele e isto, só se faz com o poder; (3) os dirigentes alertam ao facto de pensar-se que a tentativa só vitimou os golpistas, alegando que houve perdas humanas de ambos os lados e por último (4) após o 27 de Maio, seguiu-se uma caça ao homem, uma carnificina, talvez seja por esse facto que as pessoas pensem que só houve vítimas por parte dos golpistas, de qualquer modo as consequências foram profundas, é o caso da morte dos poucos quadros que o país tinha e a cultura do medo, daí por diante temia-se a contestação e a indignação pelo errado, temendo represálias.

No parecer de Kandanda (2012, p.3), o 27 de Maio resultatou de três factores fundamentais: a) A Visão contraditória da Revolução entre o MPLA do Exterior e o MPLA do Interior; b) A luta do Poder entre a Direcção Política do Exterior e a Direcção Político-militar das Regiões Militares e c) As características sociais (condutas) distintas das duas alas.

A partir de 1957 há um movimento migratório, sobretudo para Portugal dos primeiros nacionalistas, o vazio deixado por esses vai ceder espaços à outra geração de nacionalistas, é com essas gerações, do interior e do exterior, que mais tarde surge o MPLA, os nacionalistas do exterior eram na sua maioria académicos formados no estrangeiro e os nacionalistas do interior os que permaneceram em Angola, se filiando na luta clandestina. Devido o controlo imenso da PIDE, esses dois lados do futuro MPLA mantinham pouca comunicação, quando a direcção chegou a Kinshasa e mais tarde a Luanda nos primeiros momentos da independência, começam a surgir problemas no partido.

De acordo com o Folha 8 (18 de Janeiro de 2014), as divisões começaram em 1963, quando o MPLA ficou dividido por uma ala liderada por Agostinho Neto e outra por Viriato da Cruz da qual “Matias Miguéis” fazia parte, divisão essa, que em 1965 vale a morte deste último, ex-vice-presidente do MPLA. Matias Miguéis, cita o mesmo jornal, foi morto a mando de Agostinho Neto, questões negadas por altos membros do MPLA, Iko Carreira e Dino Matrosse. No ano seguinte, segundo Tonet (2012), houve uma queimada de pessoas acusadas de feitiçaria e que “supostamente” estavam a tentar derrubar o presidente Agostinho, ainda neste

ano, um grupo de descontentes com «determinadas políticas de direcção», manifestou-se, a quem denominaram "rebelião da jibóia", que implicitamente, chamam de a "revolta do Leste"³⁹ criando uma divisão no seio do MPLA.

Olhando para a biografia de Nito Alves, Fragoso (2009, p.65) e Tonet (2012, p.1) referiram que Nito Alves foi quem ajudou Agostinho Neto a recuperar a direcção do MPLA, Nito Alves foi o homem que conseguiu derrotar e expulsar de Luanda a FNLA meses antes da proclamação da independência, foi o ideólogo na organização dos Comitês do poder popular nos musseques de Luanda, que ajudaram a consolidar o MPLA, citando aqui novamente Fragoso (2009, p.105-113), Nito Alves «foi ministro da Administração Interna no primeiro governo constituído logo alguns dias após a proclamação da independência». Ora, a questão que muitos colocam é sobre a existência ou não da tentativa do assalto ao poder. Primeiro é preciso compreender que nesse período existia alguma divisão dentro do MPLA, esta questão fica clara quando o próprio Nito Alves, no conteúdo da carta que endereçou a José Eduardo dos Santos, na altura presidente da comissão de inquérito, alega «fazer parte dentro do MPLA dum grupo "revolucionário"» (Fragoso, 2009, p.105-113).

De acordo com Tonet (2012, p.2), a divisão dentro do MPLA foi originada por um impasse político «o que se pretendia era que houvesse uma clarificação ideológica», o problema ideológico é patente, note que para Fragoso (2009, p.117-118), Nito Alves e seus comparsas, são acusados de «ambiciosos, de quererem substituir Agostinho Neto, de racistas, que estudavam para serem doutores e de pró-soviéticos, uma vez que Nito Alves foi o único membro do comité Central do MPLA a participar ao XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética». Para José Miúdo Ndambuca, «o MPLA teve sempre suas contradições e sua unidade, já teve a Revolta Activa do Leste, já teve a Revolta do Chipenda, o que estraga os homens neste mundo é o poder, o dinheiro e as mulheres»⁴⁰.

³⁹ A revolta do Leste é uma das três divisões ocorridas no seio do MPLA em 03 de Agosto de 1973, liderada por Daniel Chipenda (Marques, 2015, p.49-50).

⁴⁰ Entrevista realizada no núcleo da Assembleia Nacional da Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 17 de Janeiro de 2019 às 11h 53.

Das reivindicações feitas pelos supostos golpistas constam que a maior parte dos cargos do Partido e do governo eram ocupados por brancos e mulatos, ou seja, pelos intelectuais, pelos indivíduos que não estiveram nos momentos mais decisivos de afirmação do MPLA. Os brancos e mulatos que são acusados de elitistas ou oligarcas no seio do MPLA, só para citar alguns, Paulo Jorge, Lúcio Lara e Iko Carreira. A revolução a que Nito Alves se refere no conteúdo da carta, é no nosso entendimento, àquela iniciada nos anos 1950 na clandestinidade, que visava o derrube do colonialismo e a instauração de uma nova elite política que levasse a emancipação de todos angolanos, acabando com a guerra civil, levando a reconciliação. Esta elite seria a dos proletários, os verdadeiros percursores da revolução.

Para Tonet (2012, p.2):

O MPLA era um elemento aglutinador e congregador das vontades para a luta de libertação, tinha uma direcção mais ou menos colegial, mas com a chegada de Agostinho Neto, que foi convidado para liderar o movimento, é o início de uma série de dissidências, em vez de se constituir como elemento congregador, foi um elemento divisor.

O problema ao que nos parece é o fraco diálogo dentro da própria estrutura do MPLA, porque Neto posicionou-se ao lado do grupo elitista e não a favor da revolução como enúmeras vezes afirmou «a luta continua e a vitória é certa» nem ao menos ficou neutro, o que ameaçou a sua posição de presidente do partido e da República. Mas compreende-se, geralmente um partido ou um movimento, quando pretende ascender ao poder é revolucionária, conquistado o poder e estabilizado nele, torna-se conservadora, uma espécie de reaccionária, porque quer conservar o *status quo*.

Internamente, grande parte dos principais chefes das forças armadas estavam convictos que Nito Alves possuía as melhores condições políticas para dirigir o país, não só pelo seu radicalismo, mas por ter sido o principal condutor da guerra de guerrilha nas selvas, só para citar alguns, é o caso de José Van Dúnem

comissário político das forças armadas, Jacob João Caetano, Chefe de operações das FAPLA e Davide Aires Machado⁴¹.

O que desgastou a imagem de Neto foi à paragem da cultura democrática e dos órgãos do poder popular local, que eram as comissões populares eleitas, os militantes pararam de nomear responsáveis eleitos pelas populações das comissões de bairro, dos municípios e em diante, alguns achavam que, pelo facto de terem vindo da mata, poderiam imediatamente ser responsáveis, quando esse movimento de pendor comunista parou nada mais evoluiu, porque as pessoas não identificadas com determinadas regiões, começaram a ser nomeadas (Tonet, 2012, p.2). A nível externo, Moscovo considerava que Neto não era um homem de confiança e que uma vez consolidado o seu governo podia ocupar uma posição de aproximação com o Ocidente e mais tarde pactuar com Savimbi. De acordo com Tonet (2012, p.3), «depois de 1974 foi ao Canadá negociar com a Chevron para a manutenção das plataformas petrolíferas e os soviéticos eram uma potência em petróleo», ou seja, eles poderiam muito bem fazer a manutenção requerida aos americanos.

No dia 20 de Maio de 1977, Nito Alves e José Van-Dúnem são expulsos do Comité Central do MPLA, em reacção, os militantes da 9ª brigada, reunidos em plenário rejeitam este afastamento, exigindo a sua integração no Comité Central, em vários bairros de Luanda são aprovadas moções de censura ao Comité Central pelas decisões anunciadas na Cidadela que feriam os estatutos e regulamentos do MPLA, daí toma corpo a ideia de “golpe de Estado” (Fragoso, 2009, p.117-118).

No dia 27 de Maio de 1977, as tropas golpistas quase tinham conseguido os seus propósitos quando se deu um descalabro ao intervirem as tropas cubanas, houve confiança de que o impacto de movimentação, a força das massas conduziria a uma espécie de renúncia do grupo no poder, sem necessidade de um confronto. Os conspiradores pensaram que os cubanos permaneceriam neutros no conflito, para eles, era lógico de supor que Moscovo tinha coordenado previamente com Havana o desenvolver dos acontecimentos, no entanto deram-se ordens

⁴¹ <https://www.youtube.com/watch?v=PAxzs90dMsU>. Acesso aos 29-08-18 11h 02.

imediatas para sufocar a revolta por Fidel de Castro, a pedido do presidente Agostinho Neto. É assim que cerca de uma hora depois, às 11 horas da manhã, tem início a intervenção cubana desencadeando uma ofensiva contra os manifestantes na RNA. No dia 28 de Maio, na radio Nacional, Neto diz «não haverá perdão, nem tolerância contra todos aqueles que quiseram destruir o MPLA» e mais: «não vamos perder tempo com julgamentos». Fica ainda por se saber o que o presidente Agostinho Neto quis dizer com a frase: «[...] e com isso não me venham dizer que estou a defender uma direita, porque não há direita que resiste a uma esquerda unida, mas a direita avança quando a esquerda está dividida» ⁴².

Durante e depois do 27 de Maio se instalou um clima generalizado de desconfiança, o possível envolvimento na “conspiração”, a mais ligeira ligação com alguém que possa ter estado envolvido era suficiente para motivar acções persecutórias, o que levou quadros competentes a abandonarem o país, representando o conflito efectivo entre “populistas” e “tecnocratas” para o exercício do poder, típico dos países em desenvolvimento, uma profunda derrota dos segundos e a consequente repercussão na gestão da economia. A resolução dos problemas que geralmente eram encarados como uma acção colectiva, já que os resultados quando os houvesse beneficiavam todos, passam a ser problema de cada um, já que cada um deve resolver os seus problemas e se estes só podem ser resolvidos através de “esquemas” então que cada um tente arranjar os seus (Rela, 2005, p.46).

Com o intuito de saber se existiu problemática na sucessão entre Agostinho Neto e Eduardo dos Santos e numa perspectiva comparativa da vida interna do MPLA e da UNITA, inquirimos os nossos interlocutores do MPLA, a primeira questão foi se após a morte de Agostinho Neto, quais poderiam ser os proeminentes candidatos para suceder-lhe e José Miúdo Ndambuca indicou «José Eduardo dos Santos, Lúcio Lara e Lopo do Nascimento» ⁴³. Para Melquíades Abel de Kerlan «tinhamos um bureau político muito rico: Pascoal Luvualo, Lúcio Lara, Ambrosio Lukoki, Pedale e Pacavira, tínhamos uma composição hitórica, uns vindo do

⁴² Ibidem.

⁴³ Entrevista realizada no núcleo da Assembleia Nacional da Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 17 de Janeiro de 2019 às 11h 53.

Máqui» ⁴⁴. Marcelina Gomes indicou «Eduardo dos Santos, por ter sido escolhido por Agostinho Neto, Lopo do Nascimento, Lúcio Lara, não como presidente, mas como alguém que pudesse auxiliar quem pudesse ser presidente, uma espécie de governo sombra» ⁴⁵. Hamilton Lopes dirigente da CNE apontou «Lúcio Lara e talvez Daniel Chipenda se não saísse do partido, Lúcio Lara não o foi por questões raciais, mas era um proeminente candidato, por que era o braço direito de Agostinho Neto» ⁴⁶.

Se fizermos as contas, o nome de Lúcio Lara é citado quatro vezes, e de Eduardo dos Santos duas vezes, o mesmo Lopo do Nascimento, talvez os dois interlocutores não citam Eduardo dos Santos pelo facto de ter sido o presidente, mas Lúcio Lara, é um caso de estudo, esteve sempre presente quando Agostinho Neto governou e nos primeiros anos de Eduardo dos Santos é aqui citado como uma espécie de presidente sombra, sem falar que é co-fundador do MPLA conforme já aludimos.

Contudo, houve também a necessidade de perguntarmos a apreciação que nossos interlocutores dirigentes do MPLA fazem da sucessão de Agostinho Neto por Eduardo dos Santos, depois dos recentes comentários de Ruth Neto⁴⁷. Para Marcelina Gomes dirigente deste partido «acho que a senhora deve ter remorsos por não ter cuidado do seu familiar, aconselha-lo da melhor maneira para determinados excessos, após a morte de Agostinho Neto, a família teve pouca assistência do governo» ⁴⁸. O dirigente da CNE Hamilton Lopes alega não existir possibilidades disto ter acontecido, uma vez que Eduardo dos Santos construiu a sua própria personalidade, tendo lutado no Máqui e depois ter sido Ministro das Relações Exteriores, isto permitiu que conhecesse como funcionava o mundo, na impossibilidade de indicar Lúcio Lara, ele era o candidato proeminente, tanto que ele não esperava vê-lo e como não quis vê-lo, mesmo assim o Comité Central o indicou⁴⁹.

⁴⁴ Entrevista realizada no Lubango, em sua residência aos 17 de Janeiro de 2019 às 14h.

⁴⁵ Entrevista realizada no Lubango em sua residência aos 17 de Janeiro de 2019 às 17h

⁴⁶ Entrevista realizada na Humpata, em sua residência aos 16 de Janeiro de 2019 às 12h.

⁴⁷ Ruth Neto irmã de Agostinho Neto, em entrevista na Rádio LAC no programa “Café da Manhã” disse que «seu irmão teria sido assassinado por Eduardo dos Santos».

⁴⁸ Entrevista realizada no Lubango em sua residência aos 17 de Janeiro de 2019 às 17h.

⁴⁹ Entrevista realizada na Humpata, em sua residência aos 16 de Janeiro de 2019 às 12h.

Por outra, parece que não temos problemática de sucessão do poder entre Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos, ávidos de saber mais, por conseguinte formulámos aos nossos interlocutores se há possibilidades de Agostinho Neto e Eduardo dos Santos terem sido presidentes por projecção da URSS? Para Marcelina Gomes «não há, Agostinho Neto foi presidente da República por que era presidente do MPLA, como foi o partido que obteve o poder, é natural que fosse o presidente. Quanto a José Eduardo, foi escolhido pelo Bureau Político do MPLA»⁵⁰. O dirigente da CNE Hamilton Lopes declarou que não havia essa possibilidade, o que sempre houve foram as parcerias, desde a luta de libertação nacional, agora quanto à presidência foram sempre decisões do Comité Central, mas há uma versão que dá possibilidade da URSS ter adiantado a morte de Agostinho Neto, versão da qual não comungo, o que sei é que no seu último discurso proferido no Kuando-Kubango, ele estava muito fragilizado, a voz estava muito fraca, quase que não saía⁵¹.

Portanto, nossos interlocutores não acreditam na possibilidade segundo a qual, Agostinho Neto e Eduardo dos Santos tenham sido presidente por projecção da URSS, logo os comentários de Ruth Neto não encontram sustentabilidade, se de facto há algo de veracidade neles, certamente um dia a História saberá, o senhor Hamilton Lopes não comunga com essa hipótese, mas alega ter ouvido, portanto é questão de tempo, uma vez que muitos envolvidos na sucessão entre Agostinho Neto e Eduardo dos Santos ainda se encontram vivos, é o caso de Eduardo dos Santos, é possível que deixem algo escrito ou estejam a produzir e, é também possível que estejam a ocultar ou a destruir evidências.

2.3. As eleições em Angola e o retorno da guerra civil (1992-2002)

Os caminhos da paz iniciaram-se em Portugal em 1990, sob os auspícios de uma Troika composta por Portugal, URSS e EUA, as negociações obrigavam logo à partida o MPLA a abandonar o marxismo-leninismo, a adoptar o sistema multipartidário e, mais tarde, em 31 de Maio de 1991, e apesar de continuar a ser o governo, assinou o acordo de paz com a UNITA (de movimento rebelde a partido político), os acordos estabeleciam a realização das eleições após um

⁵⁰ Entrevista realizada no Lubango em sua residência aos 17 de Janeiro de 2019 às 17h.

⁵¹ Entrevista realizada na Humpata, em sua residência aos 16 de Janeiro de 2019 às 12h.

período de transição e a desmilitarização das duas forças, formando o exército nacional.

Realizadas as eleições, o MPLA venceu as legislativas com 54% dos votos contra 34% da UNITA, nas presidenciais, José Eduardo dos Santos obteve 49,7 % dos votos, contra 40,7% de Jonas Savimbi, o que pressupunha a segunda volta. A ONU, representada por Margareth Anstee, considerou as eleições «livres e justas». Antes da CNE ter publicado os resultados, Savimbi alertara caso fossem publicados os resultados que não fossem verdadeiros haveria guerra em todo país, dias após as eleições, o governo denunciara uma tentativa de assalto ao poder pela UNITA, por isso perpetrrou um golpe preventivo em Luanda e em várias capitais provinciais (Valentim, 2011, p.296-299 e António, 2015, p.137).

A paz durou apenas um dia, o 4 de Outubro de 1992, no dia 5 a UNITA começa a ocupar comunas e Municípios, no dia 7 Savimbi abandonou Luanda, no dia 19 as tropas da UNITA cercam o Cuíto e ocuparam 12 dos 14 Municípios de Benguela, 2 da Huíla, 1 do Kwanza Norte. Simultaneamente, atacam o Huambo e registam-se sangrentos confrontos em Luanda. Estava aberta a 2ª fase da guerra de Angola, com o governo numa situação de fragilidade, na medida em que tinha cumprido o previsto nos acordos de Estoril, havia desmobilizado grande parte das tropas, não procedendo ao reequipamento das forças residuais que mantivera ao serviço, já a UNITA que nem tinha acantonado as suas tropas e nem entregue o seu armamento à Comissão da ONU, reequipara-se fortemente, graças à exploração e venda de diamantes, originários das zonas que militarmente nunca abandonara (Rela, 2005, p.55).

Para medir a pulsação do ambiente político-militar que antecipou as eleições de 1992 e poder analisar de todos os ângulos possíveis o que terá influenciado o fracasso do processo democrático que muita expectativa trazia, voltemos aos nossos interlocutores, questionamos se na altura dos acordos de Bicesse a UNITA levava vantagens político-militares.

Em conversa com o dirigente do MPLA José Miúdo Ndambuca que declarou que «nos acordos de Bicesse não houve qualquer cláusula que favorecesse o MPLA ou

a UNITA»⁵². Numa outra conversa com o dirigente da CNE Hamilton Lopes afirmou que «a UNITA nunca teve superioridade militar, é uma ilusão achar que podia ganhar as eleições, e se achava que ia ganhar, porque que guardou um exército?»⁵³. Segundo Melquíades Abel de Kerlan dirigente do partido do MPLA alegou que o partido que vai às eleições tem que se organizar para convencer o eleitorado, o MPLA é o partido que saiu às ruas e pôs a disposição da sociedade angolana o seu programa de governação, a UNITA fez a sua campanha na pessoa do Savimbi⁵⁴. Em conversa com Marcelina Gomes dirigente do mesmo partido declarou que qualquer partido que vai às eleições tem a perspectiva de ganhar, mas a UNITA não detinha vantagens militares sobre o MPLA, ela ocupava grandes extensões no meio rural, só que as pessoas tinham fugido para às cidades, a perspectiva de vitória dela é o facto da maior parte da população angolana pertenciam a sua etnia⁵⁵.

Em entrevista João Candieiro Muessamua dirigente da UNITA disse-nos que «a UNITA tinha vantagens, por isso concorremos, as eleições foram fraudulentas, nós não guardamos nenhum exército, desmobilizamos as forças necessárias⁵⁶». Mais adiante vamos demonstrar que a UNITA tinha guardado um exército, o que fica por se esclarecer é a desmobilização das forças necessárias. Em outra conversa com Angélico Manuel Miséria dirigente da UNITA declarou-nos que a UNITA não quis ir à Gbadolite, foi por imposição de alguns chefes de Estados africanos, cuja as condições eram de exilar Savimbi, desmobilizar as forças armadas e fazer a negociação e acabar com o problema da guerra, não aceitamos estas condições, decidimos negociar com a imposição da força⁵⁷.

De acordo com as declarações dos nossos interlocutores, de um lado os dirigentes do MPLA, do outro lado os dirigentes da UNITA e entre eles um membro da CNE, compreendemos o seguinte: (1) Os acordos de Gbadolite

⁵² Entrevista realizada no núcleo da Assembleia Nacional da Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 17 de Janeiro de 2019 às 11h 53.

⁵³ Entrevista realizada na Humpata, em sua residência aos 16 de Janeiro de 2019 às 12h.

⁵⁴ Entrevista realizada no Lubango, em sua residência aos 17 de Janeiro de 2019 às 14h.

⁵⁵ Entrevista realizada no Lubango em sua residência aos 17 de Janeiro de 2019 às 17h.

⁵⁶ Entrevista realizada na Humpata, no Comité Municipal da UNITA, na recepção aos 17 de Janeiro de 2019 às 9h 53.

⁵⁷ Entrevista realizada no Comité Provincial da UNITA na Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 21 de Janeiro de 2019 às 14h 51.

fracassaram porque a UNITA não se revia neles, ou seja, a UNITA nunca pensou na possibilidade de negociar sem Savimbi, por essa razão, jogou na luta armada como instrumento de forçar o MPLA a negociar a paz e olhar para Savimbi como figura com quem devia negociar a paz (2) sobre os acordos de Bicesse, os membros do MPLA e inclusive o da CNE, negam a hipótese segundo a qual a UNITA detinha vantagens militares sobre o MPLA e logo política, uma vez que a guerra era o instrumento político, de qualquer modo, os dirigentes da UNITA alegam vantagens militares da UNITA sobre o MPLA e logo políticas, não só eles como a bibliografia da qual tivemos acesso, contudo, não nos convém concluir esse paradoxo, deixemos que o leitor tire as suas conclusões através dos depoimentos e bibliografia aqui disponível.

(3) Sobre a campanha eleitoral de 1992, além das declarações dos nossos interlocutores do MPLA que a UNITA ou o erro dela, foi ter feito a campanha em volta da figura de Savimbi, essa versão é de facto confirmada pela bibliografia⁵⁸ por nós consultada, o mesmo se pode dizer das questões étnicas, portanto um dos elementos que ditou o fracasso da UNITA é mesmo a questão da mobilização, mas a UNITA alegou fraude, aliás, de todas realizadas em Angola até 2017, no total quatro, a UNITA sempre alegou fraudes⁵⁹.

(4) Infelizmente depois das alegações da UNITA a guerra retomou e aqui o dirigente da CNE Hamilton Lopes faz uma pergunta profunda «se a UNITA detinha vantagens militares por que guardou um exército?» Em conversa com João Candieiro Muessamua dirigente da UNITA a resposta a essa pergunta foi negativa, que a UNITA não tinha exército guardado⁶⁰. Afirmação que não corresponde com a verdade conforme prometemos demonstrar. Então surge outra pergunta, como a UNITA conseguiu mobilizar tão rápido os seus ex-militares? Ainda em conversa com o mesmo dirigente em gesto de resposta declarou que «a

⁵⁸ Jonas Savimbi adoptou uma postura dura e agressiva, enquanto Dos Santos preferiu o estilo moderado (Patrício, 1997, p.109-110 citado por António, 2015, p.141). A UNITA apelou ao chamado voto étnico, uma vez que a sua base eleitoral Ovimbundu compõe a maioria da população angolana (António, 2015, p.142).

⁵⁹ Declarara Savimbi em 1992 «A UNITA aceita os resultados das reconhecidamente fraudulentas e irregulares (...)» (Anstee, 1997, p.412 citado por António, 2015, p.138).

⁶⁰ Entrevista realizada na Humpata, no Comité Municipal da UNITA, na recepção aos 17 de Janeiro de 2019 às 9h 53.

morte dos nossos dirigentes⁶¹ em Luanda nos preocupou e deixou-nos enfurecidos, todos membros da UNITA, temendo que isso chegasse onde qualquer um de nós estivesse, fomos nos organizando». A verdade é que a UNITA tinha sim um exército guardado⁶², que mais tarde foram denunciados por Miguel N'zau Puna, ex-secretário geral e por Tony da Costa Fernandes, ex-secretário dos negócios estrangeiros.

Um número significativo de eleitores acreditou nas acusações de fraude feitas pela UNITA e por outros partidos, do mesmo modo, os eleitores do MPLA exigiram o reconhecimento do escrutínio e o respeito pela votação para evitar a guerra, mas nem o MPLA nem a UNITA estavam interessados na reconciliação ou na democratização, o MPLA só aceitou o acordo para evitar a derrota militar tendo as condições internacionais e o fortalecimento militar da UNITA, quanto a UNITA, queria a paz, porque tinha a certeza que venceria as eleições, por sua vez a ONU, não conseguiu negociar a segunda volta (Messiant, 2016, p.5-8).

Nestas circunstâncias, a ONU devia adiar as eleições conforme procedera em Moçambique por falta de condições político-militares mínimas aceitáveis, contudo, optou-se pela declaração solene para a dissolução dos dois exércitos e a formação do nacional, acelerou-se do mesmo modo o processo de recenseamento eleitoral. Foram ignoradas as mortes numa tentativa de recomeço das negociações, mas já eclodira uma luta armada pelo poder, incapaz de conciliar, considerou o resultado das eleições e responsabilizou a UNITA pela guerra (Rela, 2005, p.55).

Ora, a UNITA apresenta como única explicação para a sua derrota a fraude eleitoral, descarta o modo que sua campanha foi conduzida, em torno de Savimbi, por isso direccionamos a nossa análise num outro ângulo, sobre o paradoxo da UNITA mostrar-se defensora da democracia em Angola e que a Jamba era um exemplo evidente, porém, os relatos que nos chegam da Jamba não

⁶¹ É o caso do engenheiro Jeremias Chitunda, general Adolosi Paulo Mango Alicerces, engenheiro Salupeto Pena e Eliseu Sapitango Chimbili (António, 2015, p.139).

⁶² Declarava Savimbi «Os maldizentes, (dizem) que a UNITA tinha escondido um exército. Tínhamos nos precavido (...) Nós não éramos ingénuos. Quando víamos os Migs, os Suvroy e os tanques e ninguém fiscalizava, não permitimos. Nós também formamos portanto as nossas Forças Armadas (...) só nos faltam aviões (...) portanto nós podemos levar essa guerra para muito longe» (Ministério da Justiça, 1995, p.200 citado por António, 2015, p.139).

correspondem a essas afirmações, a nível da bibliografia é Jorge Valentim, Miguel N'zau Puna e Tony da Costa Fernandes, ex-dirigentes proeminente da UNITA que denunciaram as carnificinas da UNITA na Jamba.

Em conversa com Angélico Manuel Miséria dirigente Da UNITA declarou que na UNITA sempre houve eleições de renovação de confiança, o processo era complexo devido o estado de guerra, por isso não havia candidaturas independentes, só Jonas Savimbi tinha àquela coragem de enfrentar os russos, era uma máquina na diplomacia, tão eloquente que sabia cativar o militar para ir morrer em nome da democracia, as pessoas candidatam-se por questões de necessidade ou de vacatura, isso não existia, os grandes generais que estavam lá foram preparados por ele, existiam eleições livres e secretas, havia quatro ou três filas de cabines separadas e íamos votando, tinham aparecido três ou seis votos contra e não se procurou quem tinha votado contra⁶³.

Do exposto, podemos concluir: (1) existe sim paradoxo nos princípios⁶⁴ da UNITA, que as denúncias de Jorge Valentim e de outros são verdadeiras, a UNITA apresentava-se como democrática a nível nacional e internacional, mas no seu alfoube de democracia, onde sairia o modelo de governação para Angola, houve atrocidades, estas foram denunciadas depois dos acordos de paz pelos sobreviventes e isto pesou profundamente na imagem da UNITA, (2) por outro lado, na Jamba, existia a cultura didáctica sobre o processo eleitoral, contudo, pecavam por que o candidato foi sempre Savimbi, aliás, desde 1966 que a UNITA foi criada até 2002, a UNITA foi sempre liderada por Savimbi, mas eles alegam que em tempos de guerra a democracia não é gozada em sua plenitude e estamos de acordo, é o caso de Estado de sítio e de emergência, porém, nos parece que o procedimento é o mesmo que o MPLA fazia e faz até ao momento que redigimos este trabalho de licenciatura, têm sempre candidato único, que geralmente assume a direção do Partido e da República, quanto a esta questão, em entrevista o dirigente da UNITA Angélico Manuel Miséria rebateu «nós não

⁶³ Entrevista realizada no Comité Provincial da UNITA na Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 21 de Janeiro de 2019 às 14h 51.

⁶⁴ Nos cinco princípios de Muangai, consta: a liberdade, democracia e a igualdade.

fizemos isso hoje», mas Kamalata Numa alega que a UNITA faz o mesmo que o MPLA⁶⁵.

Portanto, acreditamos que essas denúncias beliscaram a imagem da UNITA, nas cidades teve-se a ideia que era um partido de terror, logo, deixava de se constituir alternativa ao MPLA, era melhor votar no MPLA que já se conhecia suas máximas do que na UNITA que matava e queimava as pessoas, como disse Patrício (1997, p.109-112 citado por António, 2015, p.140-141), o MPLA não ganhou as eleições, a UNITA é que as perdeu, Seria difícil encontrar um Governo mais impopular pelo seu desgoverno económico e administrativo do que o MPLA que dirigiu o país de 1975-1991 era só questão de escolher o menor entre dois males.

Agora precisamos compreender algo, como a UNITA, ou melhor, Savimbi, conseguiu ludibriar as grandes organizações internacionais, principalmente Washington sobre essas atrocidades? Os autores Chang e Halliday (2005, p-438), falam como Mao procedia e encontramos fundamentos semelhantes entre o “mestre e o discípulo”. A ideia de promover a experiência da China parecia absurda, uma vez que milhões de chineses pereciam de fome porque o dinheiro e a comida serviam de ajuda para expandir o maoísmo pelo mundo, pouco se soube, porque existiam filtros rigorosos sobre o que os estrangeiros podiam ver e escutar. É exactamente este paradoxo que se tem da Jamba, não que Savimbi patrocinasse outros movimentos políticos, mas que a UNITA passava uma imagem⁶⁶ da Jamba como o berço da democracia, liberdade e justiça social de Angola, imagem que vem sendo beliscada por ex-militantes residentes da Jamba e por pessoas que visitaram a Jamba.

Essa engenhosa técnica de filtração de informação, ao que nos parece, Jonas Savimbi o tenha aprendido com o mestre Mao que «impedia que os chineses saíssem do país, excepto uma elite muito bem escrutinada, entre os poucos

⁶⁵ Kamalata Numa em entrevista à Rádio Eclésia em Luanda aos 06 de Fevereiro de 2019 às 14h 07 disse que «a UNITA faz desde 2003 no VIII Congresso o mesmo que o MPLA, o partido está a ser conduzido por indivíduos que de facto não conhecem os princípios de Muangai, apenas o leram e não o compreenderam de facto, que se o país está na situação como está é por que não se fez boa oposição». E disse mais, «Samakuva só ganhou a presidência da UNITA porque os militantes foram ludibriados que era a vontade de Savimbi».

⁶⁶ Savimbi se vangloriava de ter expulsado de Angola os cubanos e os soviéticos e apresentava-se como portador da liberdade e da democracia, para ele, o direito de escolher os seus governantes pertencia ao povo e não ao partido (António, 2015, p.142).

privilegiados estavam os diplomatas, que ficaram famosos por seus desempenhos morosos» (ibidem, p.139).

Ainda sobre as eleições de 1992, umas das suas consequências e aqui demostramos a título de comparação entre o MPLA e a UNITA, tal como houve uma cisão em 1977 no seio do MPLA, a UNITA também terá essa cisão após as eleições, para uma compreensão num ângulo mais aberto questionamos os nossos interlocutores dirigentes da UNITA se a divisão da UNITA em duas alas, a de Savimbi e a Renovada tratava-se da luta pelo poder. Durante a conversa João Candieiro Muessamua a legou que se tratava de uma crise, não houve luta pelo poder, foi uma questão de sobrevivência, depois de 1992, cada um onde esteve encontrou uma forma de militar e um órgão que lhes servisse de defesa, quem insistisse na UNITA morreria, então surge a UNITA Renovada⁶⁷, denominação que foi resolvida com o Memorando de Entendimento de Luena⁶⁸.

Portanto, estamos diante do fracasso eleitoral em Angola, com uma UNITA fragilizada e dividida, houve iniciativas de diálogo em algumas ocasiões, a primeira reunião foi no Namibe, o seu fracasso levou que as conversações se transferissem para Adis Abeba, ainda sem um cessar-fogo, as conversações foram transferidas para Abidjan, na Costa do Marfim, novamente sem êxitos. Os EUA apoiantes da UNITA, davam sinal de mudança, e reconheceram finalmente o governo de Angola, abrindo caminho para as sanções à UNITA por parte da ONU, o governo usou a sua legitimidade crescente para exigir apoio da comunidade internacional. Sob pressão internacional e de um revés militar, a UNITA emitiu um comunicado em Outubro de 1993 reafirmando a validade dos Acordos de Bicesse, o que permitiu o encontro de Lusaka em Novembro, entrava em cena Alioune Blondin Beye, novo mediador da ONU em Angola (Comerford, 2008, p.151).

O Protocolo de Lusaka, assinado aos 20 de Novembro de 1994, introduziu um período de quatro anos de paz relativa, um período descrito por Messiant (2000,

⁶⁷ A UNITA Renovada surge em Abril de 1997 e foi liderada por Eugénio Manovokola, quando os deputados eleitos pela UNITA nas eleições de 1992 tomaram os seus assentos na Assembleia Nacional e seus oficiais passaram a integrar o GURN (Muekalia, 2001, p.304 citado por António, 2015, p.153) Eram contra a continuidade da guerra e “criaram situação uma anomala” a UNITA de Savimbi, tinham o apoio do Governo do MPLA (Vidal 2008, p.28 citado por António, 2015, p.153).

⁶⁸ Entrevista realizada na Humpata, no Comité Municipal da UNITA, na recepção aos 17 de Janeiro de 2019 às 9h 53.

p.2), como de “paz armada”, e por Munslow (1998, p.187) como de “nem paz nem guerra”. A implementação do Protocolo foi lenta, com muitos prazos falhados, embora tenha testemunhado a inauguração das negociações, o que teria motivado o Conselho de Segurança da ONU aprovar a resolução 1118 de 30 de Junho de 1997 e o estabelecimento da MONUA, o objectivo era unir as partes para a formação do GURN que aconteceu em Abril de 1997, com Angola ainda em conflito, uma vez que nem todos os membros da UNITA eram a favor da continuação da guerra (Comerford, 2008, p.84-153).

Neste acordo o partido derrotado deveria ter lugar no poder, os beligerantes seriam desarmados para não mudarem o curso dos acontecimentos, apenas a segunda volta das presidenciais estava na agenda, não havia qualquer papel aos partidos civis e da sociedade civil, as que mais estavam preocupadas com a paz, achando o acordo desfavorável, a UNITA não aceitou desarmar-se, esperando negociar na base da força, segundo um oficial da ONU, «a UNITA violava o acordo de dia, e o governo de noite» (Messiant, 2016, p.9-11).

Apartir de 1998 o governo estava política, diplomática e militarmente capaz de desencadear uma verdadeira guerra dando três possibilidades a Savimbi: rendição, captura e morte, em Junho o Conselho de Segurança reforçou mais as sanções, incluindo os diamantes, a impulsionadora máquina de guerra da UNITA, no final de 1998 o governo lançou o que denominou a “guerra pela paz”, Savimbi foi internacionalmente criminalizado, isso quebrou a UNITA, todos os contactos e as missões no estrangeiro foram obrigados a encerrar, e o Comité de Sanções do Conselho de Segurança tentou mesmo cortar-lhe os meios de expressão política (Ibidem, p.12-13).

A partir de 2000 as sanções foram notáveis, começando a dificultar a aquisição de abastecimentos da UNITA e forçando-a a sobreviver por meios próprios, aos 22 de Fevereiro de 2002, o líder da UNITA, Jonas Malheiro Sidónio Savimbi tombava em combate, no Lucusse, província do Moxico, Leste de Angola. Com a sua morte, o governo de Angola representado pelo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas de Angola General Armando da Cruz Neto e a UNITA representada pelo Chefe do Alto Comando das FALA General Abreu Muengo Ucuachitembo “Kamorteiro” rubricaram o acordo Geral do Memorando de

Entendimento de Luena no dia 4 de Abril na presença do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, membros do corpo diplomático, do governo, entidades religiosas e outros, marcando o fim da guerra que durou quase três décadas (1975-2002) e o início de uma nova etapa na história de Angola (Silva, 20014, p.84).

Em relação às consequências da guerra Civil, o músico Viny Viny, de estilo Sucesso do Huambo, na sua composição, o artista relata que a guerra só trás pobreza, fome e morte, alega que no Huambo, o milho, a fuba e o feijão tinham que ser jogados de avião e, continua dizendo, em Malanje e no Bié costumavam-se plantar mandioca e arroz, hoje nestes mesmos locais as pessoas morrem de fome. De acordo com Rela (2005, p.68), a guerra civil causou a morte de pelo menos meio milhão de angolanos e fez deslocar cerca de meio milhão de refugiados nos Congos, na Namíbia e na Zâmbia e que agora começam a regressar.

2.4. O papel do povo na problemática da disputa do poder

Cardoso (2008, p.168-169), considera que muitos jovens filiam-se em determinadas organizações não tanto por vontade de participação ou por vocação partidária «mas porque através delas querem ascender socialmente e resolver os seus problemas económicos», prossegue o autor (p.173-175), «muitos jovens angolanos têm a ideia que a política não afecta suas vidas, isso porque são submetidos a um sistema de educação que não os ajuda a pensar devido à dosagem do sistema colonial e do partido único».

Em relação à debilidade do sistema de ensino angolano e o comportamento quase que reaccionário da juventude, talvez a perspectiva de Bahu (2013, p.170), nos ajude a compreender melhor a situação, quando dizia que muitos «estudantes universitários angolanos terminam a licenciatura sem nunca terem lido um livro de capa à capa». A reflexão de Bahu é muito mais profunda quando conjugada com a de Nelson Mandela, quando afirmava que «a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo». Neste contexto, o ensino debilitado que a juventude angolana está submetida não os ajuda a questionar as instituições e seus dirigentes, e numa linguagem desapaixonada e sem excesso

de juventude, podemos dizer que os jovens angolanos, residentes ou na diáspora, têm uma capacidade inédita para reproduzir, copiar e memorizar e uma incapacidade incrível para não produzir e criar.

Nossos interlocutores deixaram algumas dicas sobre o papel do povo na problemática da disputa do poder. Para os dirigentes da UNITA e do MPLA João Candieiro Muessamua e Marcelina Gomes, o povo tem que compreender o que pretende, isso às vezes é complicado devido ao analfabetismo⁶⁹. Em gesto de conselho o dirigente da CNE Hamilton Lopes defendeu «a participação do povo com liberdade e sem medo, a abertura política e social que o país está a viver, vai permitir que o país melhore em termos da disputa do poder⁷⁰.

Os partidos africanos no poder têm dois problemas clássicos, o primeiro é que rejeitam deixar o poder e o segundo é que se negam a partilha-lo, portanto não deixam os outros governarem e não permitem governar com a oposição. A maior parte dos regimes no poder em África têm graves problemas de ceder a governação, fazem de tudo para se manterem nele, desde alteração da constituição, fraudes eleitorais e por último a intervenção das forças armadas a seu favor, reprimindo a oposição e a população em geral. Por outra, não partilham o poder, os cargos ministeriais são entregues somente aos seus militantes, com ou sem competência, mesmo desgastados, vão trocando de Cargos como um fenómeno cíclico, o Estado ou as instituições só não dão falência porque se envolvem em dívidas externas e por que não servem os verdadeiros interesses da população.

Numa lógica democrática, quando um governo reconhece que as suas decisões contribuíram para a falência do país, assume inteiramente a responsabilidade dos seus actos com a demissão, ou deixando nas mãos do povo, por eleições livres, a decisão de confiar a liderança do país a uma outra maioria que proponha uma política diferente para erradicar a falência do Estado, o que assistimos em África de acordo com Tshiyembe (2014,p.37), são os partidos que fracassaram «que têm vocação para governar, persuadidas de que além de personificarem o

⁶⁹ Em conversa na Huíla com dirigentes da UNITA e do MPLA, Janeiro de 2019.

⁷⁰ Entrevista realizada na Humpata, em sua residência aos 16 de Janeiro de 2019 às 12h.

Estado, também beneficiam da sua longevidade. Logo, só a morte os pode separar do poder.

Os partidos políticos africanos da oposição têm dois problemas graves, o primeiro é a ânsia pelo poder e, o segundo é a falta de organização. No primeiro, parece que o objectivo é apenas, a obtenção do poder, o que nos faz crer que desejam espoliar o governo tal como o faz o regime no poder, não espanta a quantidade de partidos políticos que surgem no período eleitoral, neste sentido, é preciso fazer compreender a oposição africana, que estar na oposição faz uma grande diferença, se o governo com a oposição governa mal e sem a oposição? Estando na oposição é possível mostrar como se devia governar, dando alternativas as más decisões, que de certo modo freiam as políticas falhadas que têm um impacto negativo na vida do cidadão.

Outro problema está ligado a organização, a estrutura dos partidos políticos é debilitada, muitas delas têm o mesmo problema que os partidos no poder, é o caso de mandatos sucessivos dos presidentes, desvio de verbas, escândalos políticos e a saída de potenciais membros por questões de descontentamento ou tratamento desigual.

Por isso Cravino (2009, p.16), afirmara que «o processo de transição deve ser desencadeado pelas bases e não pelas elites e deverá ser acompanhado de uma série de pré-requisitos pluralistas», para tal será necessário «a existência de uma oposição credível e com programas políticos competitivos, a democracia multipartidária existirá se a oposição se constituir em si mesma numa verdadeira alternativa para o eleitorado».

2.5. O Posicionamento das instituições públicas (o triopoder⁷¹)

Instituições como o Parlamento, o Tribunal de Contas e a Procuradoria Geral da República têm um papel muito limitado no que toca ao controlo da actividade governativa. Geralmente estas instituições coíbem-se de tomadas de posição que sejam mais assertivas em relação à actuação do governo e do Presidente da República (Figueiredo, 2008, p.79).

⁷¹ Denominamos de “tripoder” a acumulação e confusão entre os poderes legislativo, executivo e judicial.

Nossos interlocutores foram questionados sobre o posicionamento das instituições públicas na problemática da disputa do poder, os dirigentes da UNITA e do MPLA Angélico Manuel Miséria e Marcelina Gomes foram unânimes em afirmar que a CNE devia ser independente, em vez de ser uma instituição ligada ao Estado que segue a linha partidária⁷². Para o dirigente da CNE Hamilton Lopes «o posicionamento das instituições públicas como a CNE no processo eleitoral deve ser de neutralidade ou imparcialidade, ela não funciona corretamente devido à pressão do governo, do MPLA e da oposição⁷³». Em entrevista a José Miúdo Ndambuca dirigente do MPLA afirmou que «a CNE tem a lei das eleições e na elaboração das leis todos os partidos participaram, através da Assembleia Nacional, por isso não pode fazer a vontade dos seus membros, mas da lei e do povo, segundo a constituição angolana»⁷⁴.

A primeira República foi apagada ao dogma do centralismo democrático, o Estado Central guardou para si, em Luanda, a larga escala dos poderes, na prática desconcentrando muito pouco, em parte faze-lo, todavia, também por falta pura e simples de pessoal e de capacidade logística. Como aconteceu em muitos outros Estados africanos recém-independentes, sobretudo se expostos a situações centrífugas de guerra ou insurgências, de perdas de quadros e de *know-how* organizacional, no país, o grosso do controlo estadual tendeu a ser exercido à distância, a partir de medidas e decisões tomadas na Capital (Guedes, 2004. P.139).

Na segunda República com a transição democrática, depressa se verificaram passos rápidos na direcção de uma desconcentração dos poderes estaduais exercidos a nível regional e local. É certo que a desconcentração empreendida não se completou de maneira homogenia, devido a deterioração da situação político-militar nos anos de 1990 com a perda de controlo pelo Estado de muitas das cidades do país (Ibidem, p.139).

⁷² Em conversas com dirigentes da UNITA e do MPLA, Lubango, Janeiro de 2019.

⁷³ Entrevista realizada na Humpata, em sua residência aos 16 de Janeiro de 2019 às 12h.

⁷⁴ Entrevista realizada no núcleo da Assembleia Nacional da Huíla-Lubango, em seu gabinete aos 17 de Janeiro de 2019 às 11h 53.

Conclusões

A história sócio-política de Angola é uma história marcada de instabilidade político-militar, caracterizada pelo antagonismo entre os movimentos de libertação através da disputa pelo poder que custou meio milhão de mortos, fruto das teleguiações do sistema internacional, num conflito bipolar em busca de zonas de influência, tanto para adquirir matérias-primas como para mercados de escoamento de productos saídos de suas indústrias.

Existem diversas formas de se ascender ao poder, destacamos as eleições, a guerra civil, golpe de Estado e a revolução, esta última é a melhor entre todas, porque permite que todos sem excepção atinjam o poder, desde que tenham a inteligência, a estratégia e as condições para tal, por implicar a participação de toda uma nação, permite que os melhores cheguem ao poder, diferentes dos golpes de Estado que colocam no poder um grupo de compadres e mafiosos que já serviram o governo anterior ou de eleições fraudulentas, caracterizadas por uma democracia simulada, destas formas, em Angola primeiro deu-se a guerra civil entre os três movimentos para atingir o poder, tendo obtido o poder o MPLA, que instalou o sistema de partido único, retirando outros autores da cena política, por conseguinte a FNLA disistiu, voltando em cena política em 1992, por sua vez a UNITA se bateu contra o MPLA, o que resultou nos acordos de Bicesse de 1991, levando desta vez o sistema político do país para o multipartidarismo, que permitiram as eleições de 1992, mas antes, a tentativa de golpe de Estado de 1977;

A tentativa do golpe de Estado consideramos como a segunda forma de se ascender ao poder, esteve na base a disputa pelo poder ligada a problemas ideológicos no seio do MPLA entre a franja militar e a política, com a vitória dos primeiros com a cumplicidade de Cuba, supõem-se que houve envolvimento da URSS na tentativa do assalto ao poder, a consequência foi a morte em ambas as alas e depois a carnificina que se seguiu após o 27 de Maio, cujo medo ainda influencia a política de Angola, a cultura do medo e da não contestação.

As eleições de 1992 foram a terceira forma de se ascender ao poder, seu fracasso residiu no compromisso entre os dois beligerantes e da ONU, quer o

MPLA, quer a UNITA nunca quiseram compartilhar o poder e quando não se compartilha o poder com as pessoas ávidas por ela em caso de derrota nunca se aceita, por ser mais fácil aceitar a vitória. A UNITA derrotada na opinião da observação internacional e do MPLA, devia aguardar pela segunda volta das presidências, uma vez que a leitura dos resultados indicavam o MPLA com maioria na Assembleia, mas não tanto Eduardo dos Santos na presidência, ou seja, havia chance de Savimbi vencer as presidências, a UNITA por não confiar na CNE e na ONU, negou-se. O retorno da segunda fase da guerra civil foi caracterizada por muitos acordos falhados, só o de Luena em 2002 com a morte de Savimbi teve sucesso, onde o MPLA estava mais poderoso que em 1975.

Das comparações feitas entre o MPLA e a UNITA, não encontramos problemas ideológicos acentuados que justifiquem a destruição do país, aliás, nos parece que os militantes até mesmo dirigentes proeminentes têm dificuldades de identificar a ideologia do seu partido e do seu antagonista, de qualquer modo, ambos são partidos de esquerda, o MPLA é de esquerda, de cariz socialista e a UNITA centro-esquerda, maoísta, de corrente socialista. Ambos cometeram atrocidades antes e depois de 1975, que infelizmente pesou mais a UNITA do que ao MPLA que já tinha o poder, que conhecia as instituições, aliás, a maior parte foram criadas por ela e com as quais mantinha um longo relacionamento, a UNITA cometendo as mesmas atrocidades que o MPLA, questões bem aproveitadas na campanha pelo MPLA, sua imagem foi diabolizada de modo a não se constituir em alternativa ao MPLA. Infelizmente, o povo angolano é refém e vítima destes dois partidos, que até as eleições de 2017 comandaram as opções políticas. O analfabetismo e a pobreza tornam o angolano em um eleitorado fácil, ludibriados com alimentos e bens domésticos durante a campanha. A educação e o melhoramento da condição de vida, inclusive a igualdade e a liberdade, é a solução e a salvação do povo angolano, de modo que possa influenciar a agenda política.

Sugestões

Reconhecendo que a guerra civil e o golpe de Estado são formas problemáticas de ascender ao poder, reconhecendo de igual modo, tal como a água que procura por passagem, assim o homem procura pelo poder, é necessário conceder vias e ideais pacíficas para obtê-lo, neste caso, a democracia por meio das eleições, pelo que, recomendamos a independência das instituições públicas: CNE, Procuradoria Geral da República e as demais, de modo que todos se revejam nelas, para que não surjam irregularidades nos processos eleitorais e, quando surgirem, as pessoas tenham fé que as instituições vocacionadas darão o tratamento adequado a tais questões, desestimulando a recorrência a meios violentos como guerra e o golpe de Estado;

Foi constado durante este estudo a influencia estrangeira na balcanização de Angola, devido as fragilidades internas marcadas pelo tribalismo, racismo e pelas ideologias, tudo pelo facto de alguns sentirem-se mais patriotas que outros, pelo que, sugerimos que os partidos políticos devem levar a formação patriótico-partidária para que seus militantes e a população em geral conheçam e compreendam a sua linha ideológica e o seu posicionamento político, que façam dos seus denominador comum “patriotismo” um incentivo ao dialogo permanente de modo que vivamos unidos na diversidade étnica, racial e ideologica.

Foi de igual modo averiguado neste estudo, que o povo é a pior vítima, sobretudo os mais desfavorecidos que por sinal são a maioria, pelo que, recomendamos a cada angolano, ao governo e as organizações civis e políticas, que se formem e que consciencializem a importância da educação. A sociedade angolana e suas instituições, só serão competentes e ao serviço da cidadania com formação, de modo que possam influenciar a agenda política nos seus partidos, na Assembleia Nacional e no governo. Isso só será possível com a redução da pobreza, apenas uma pessoa digna é confiável e útil, todo o ser humano quando confrontado com a pobreza que o povo angolano está, também seria um eleitorado fácil de convencer e manipular.

Bibliografia

Andrade, M. M. (2007). *Introdução a Metodologia do Trabalho Científico*. (8ª Ed). São Paulo, Brasil: Editora atlas.

António, N. D. (2015). *Transição pela Transação: uma análise da democratização em Angola*. Rio de Janeiro, Brasil: Polo Books.

Bahú, H. P. A. (2013). *Os Quadros Angolanos em Portugal: Integração e Retorno*. Lisboa, Portugal: Colibri.

Cardoso, G. S. (2000). *Angola: Anatomia de Uma Tragédia*. Porto, Portugal: Oficina do Livro.

Cervo, A. L. et al. (2007) *Metodologia Científica*. (6ª Ed). São Paulo, Brasil: Pearson Prentice Hall.

Finer, S. E. (1997). *A História do Governo*. (3ª Ed). Inglaterra: universidade de Oxford.

Fernando, E. (2012). *Jonas Savimbi no lado errado da história*. Portugal: D. Quixote.

Fragoso, J. (2009). *O meu testemunho: A pulga de 27 de Maio de 1977 e suas consequências Trágicas*. Luanda, Angola: Sistema J Editora.

Guedes, A. M. (2004). *O Estudo dos Sistemas Jurídicos Africanos*. Portugal: Almedina.

Maím, M. (2014). *O fim do poder*. Portugal: Gradiva.

Mateus, D. C. e Mateus, A. (2015). *Angola 61-Guerra Colonial: Causas e Consequências*. (4ª Ed). Córdova, Portugal: Texto Editores.

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2011). *Metodologia Científica*. (6ª Ed). São Paulo, Brasil: Atlas.

Marques, A. (2015). *Segredos da Descolonização de Angola*. (7ª Ed). Alfragide, Portugal: D. Quixote.

Mbah, J. M A. (2012). *As revalidades políticas entre a frente naional de libertação de Angola (FNLA) e o movimento popular de libertação de Angola (MPLA) 1961-1975*. Luanda, Angola: Mayaba.

Mucuatxilamba, T. F. (2004). *História de Angola I (Das origens até 1885)*. (Tese de licenciatura). Lubango, Angola: Universidade Agostinho Neto.

N`Ganga, J. P. (2008). *O pai do nacionalismo angolano*. São Paulo, Brasil: Parma.

Pardal, L. & LOPES, E. S. (2011). *Métodos e técnicas de Investigação Social*. Lisboa: Areal Editores.

Pereira, C. M. S. (2007). *Instituições de direito civil: direito das sucessões*. (16ª Ed). Rio de Janeiro, Brasil: Forense.

Pimenta, F. T. (2010). *Portugal e o século XX Estado-império e descolonização (1890-1975)*. Porto, Portugal: Afrontamento.

Rela, J. M. Z. (2005). *Angola o futuro já começou*. São Paulo, Brasil: Nzila.

Tshiyembe, M. (2014). *O estado pós-colonial: factor de insegurança em África*. Luanda, Angola: Pedago.

Valentim, J. (2011). *Caminho para a paz e reconciliação nacional: de Gbadolite à Bicesse (1989-1992)*. Luanda, Angola: Mayamba.

Dicionários

Plural Editora & Porto Editora. (2015). *Dicionário Língua Portuguesa Prestigio*. São Paulo, Brasil: Plural Editora.

Camacho, A. e Tavares, A. (2014). *O nosso dicionário*. Luanda, Angola: Plátano Editora.

Bibliografia Eletrônica

CAMPOS, M. F. (2009). *Natureza, origem e exercício do poder político*. Porto, Portugal: Fundação Spes. Disponível em:

https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/3019/1/com-nac_2009_ED_1207_Campos_Manuel_01.pdf. Acessado aos 05/09/2018 às 5h 30.

Carvalho, C. (2014). *A revitalização do poder tradicional e os regulados manjaco da Guiné-Bissau*. Portugal: ISCTE. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N1/Vol_iv_N1_37-59.pdf. Acesso aos 29-08-18 11h 02.

Carvalho, T. E. C.(2015). *O Conflito entre MPLA e UNITA/FNLA como Materialização do Confronto URSS/EUA: no contexto da Guerra Fria*. (Tese de Mestrado). Portugal: Universidade da Beira Interior. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/5906/1/4017_7803.pdf. Acessado aos 05-03-2019 às 05h 03.

Chang, J. & Halliday, J. (2005). *Mão a história desconhecida*. São Paulo, Brasil: Editora schwarcz S.A. Disponível em: <https://portalconservador.com/livros/Jon-Halliday-Mao-A-historia-desconhecida.pdf>. Acessado aos 24/07/18 às 0h 30.

Nune, A. S. (1961). *Introdução ao estudo das ideologias*. Lisboa, Portugal: Academia Militar. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224081973E4dVB2ea3Bp00YB7.pdf>. Acessado aos 24/07/18 às 0h 30.

Silva, L. M. F. (2014). *O Papel das Organizações Regionais Africanas no Desenvolvimento da Democracia O Caso da SADC*. ÉVORA, Portugal: UNIVERSIDADE DE ÉVORA. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/oestadoearevolucao.pdf>. Acesso aos 07/09/18 às 8h 00.

Stefenson, E. A. (2009). *Organizações políticas e eleições em Angola da guerra colonial as disputas eleitorais*. Brasil: Universidade Federal Fluminense. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Organizacoes_Politicas_e_Eleicoes_em_Angola.pdf. Acessado aos 24/07/18 às 0h 30.

Simão, S. G. (2017). *Angola de 1975 à atualidade*. Brasil: Webartigos. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/angola-de-1975-a-actualidade/152342>. Acessado aos 24/07/18 às 0h 30.

Vidal, N. & Andrade, J. P. (2008). *Sociedade Civil e Política em Angola: Enquadramento Regional e Internacional*. Luanda, Angola: Firmamento. Disponível em: <http://www.africanarenas.net/docs/sociedade%20civil.pdf>. Acessado aos 05/09/2018 às 6h 48.

Jornais e Revistas Eletrônicos

Agualusa, J. E. (2004). *Guerra e paz em Angola*. Barcelona: Festa Internacional de la Literatura. Disponível em: http://www.cccb.org/rcs_gene/agualusa-portu.pdf. Acessado aos 24/07/18 às 0h 30.

Bittencourt, M. (2017). *A criação do MPLA*. Luanda: Club K. Disponível em: https://club-k.net/~clubknet/index.php?option=com_content&view=article&id=33072:a-criacao-do-mpla-marcelo-bittencourt&catid=9&Itemid=1078&lang=pt. Acessado aos 24/07/18 às 0h 30.

Cravino, J. S. (2009). *Especificidade dos conflitos em África*. Revista Militar N.º 2493. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/510>. Acesso aos 29-08-18 11h 02.

Habisso, T.(2011). *O Problema da Sucessão de Liderança em África: Por que os líderes se apegam ao poder*. Disponível em: <http://www.tigraionline.com/articles/article110607.html>. Acessado aos 05/09/2018 às 6h 48.

Otayek, R. (2007). *A descentralização como modo de redefinição do poder autoritário? Algumas reflexões a partir de realidades africanas*. Rio de Janeiro: Revista Crítica de Ciências Sociais. Disponível em:

<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/77/RCCS77-131-150-ROtayek.pdf>.

Acessado aos 24/07/18 às 0h 30.

Kandanda, C. T.(2012). *Porquê Dr. Savimbi fundou a UNITA*. Luanda: Club K.

Disponível em: https://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=10143:porque-dr-savimbi-fundou-a-unita-carlos-tiago-kandanda&catid=17&lang=pt&Itemid=1067. Acessado aos 24/07/18 às 0h 30.

Kandanda, C. T.(2016). *Os meandros da fundação da UNITA*. Luanda:Club-k.

Disponível em: https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=24733:os-meandros-da-fundacao-da-unita-carlos-kandanda&catid=9&Itemid=1078&lang=pt. Acessado em 24/07/18 às 0h 30.

Messiant, C. (2016). *As causas do fracasso de Bicesse e Lusaka:Uma análise crítica*. Disponível em: <https://politica210.wordpress.com/2016/11/14/as-causas-do-fracasso-de-bicesse-e-lusakauma-analise-critica-christine-messiant/>. Acessado aos 24/07/18 às 0h 30.

Morais, R.M. (2012). *O Poder e a Sucessão de José Eduardo dos Santos*. Luanda: Maka Angola. Disponível em: https://www.makaangola.org/wp-content/uploads/2014/10/O%20Poder%20e%20a%20Sucess%C3%A3o_rev.pdf.

Acessado aos 05/09/2018 às 6h 48.

Morais, R.M. (2013). *A tentativa de Golpe de Estado*. Luanda: Maka Angola.

Disponível em: <https://www.makaangola.org/2013/12/a-tentativa-de-golpe-de-estado/>. Acessado aos 05/09/2018 às 6h 48.

Pestana, N.(2012). *O manifesto de viriato da cruz (1956)*. Disponível em: <http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2017/02/O-MANIFESTO-DE-VIRIATO-DA-CRUZ.pdf>. Acessado aos 24/07/18 às 0h 30.

Zimerman, A. (2009). *A guerra civil e seus determinantes quantitativos*. São Paulo: Carta Internacional. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/viewFile/516/268>. Acessado aos 24/07/18 às 0h 30.

Website Consultados

Folha 8. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/27-de-maio-de-1977-em-angola-supress%C3%A3o-de-agostinho-neto-tinha-antecedentes-diz-william-tonet/a-15990935>. Acesso 01/09/18 às 06h 34.

<https://www.youtube.com/watch?v=PAxzs90dMsU>. Acesso 29-08-18 11h 02.

Acordo de Nova Iork. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36961/000819385.pdf>.

Acessado aos 17-08-18 12h 09.

Acordos de Bicesse. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2013/4/22/Acordos-Bicesse-foram-assinados-anos,aa04ea82-3cc5-46ec-845c_198310583019.html.

Acessado aos 17-08-18 12h 09.

Memorando de Luena. Disponível em: <http://www.opais.net/pt/opais/?det=7194>.

Acessado aos 13/10/18 às 7h 36.

Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação. Disponível em: <https://www.eisa.org.za/pdf/au2007charter2.pdf>. Acedido em 15/08/19 às 10h 13.

Instituições de Bretton Woods. Disponível em: <http://centrodireitointernacional.com.br/wp-content/uploads/2014/05/Marinana-Andrade-e-Barros-As-instituic%C3%A7%C3%B5es-de-Bretton-Woods-e-a-dimens%C3%A3o-internacional-da-promoc%C3%A7%C3%A3o-da-democracia-partes-de-uma-mesma-realidade.pdf>. Acesado aos 13/07/19 às 7h 15.

Anexo

Anexo 1: Bandeiras dos três movimentos por ordem de criação



Da esquerda à direita FNLA

MPLA

UNITA

Fonte: https://www.google.com/search?q=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+&tbm=isch&ved=2ahUKEwipg_7MqPXgAhVP-4UKHWI9CwkQ2-cCegQIABAB&og=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+&gs_l=mobile-gws-wiz-img.3...141102.148278..150488...0.0..0.0.0.....0....1.....0.pRSR9e3le7E&ei=ANSDXKmDCs_2lwTi-qxl&bih=512&biw=360&prmd=inv&hl=pt-PT#imgsrc=oDoUP3c2dyW1FM. Acesso aos 08-03-2019.

Anexo 2: Dirigentes dos três movimentos nos acordos de Alvor



Da esquerda à direita Jonas Savimbi, Agostinho Neto e Holden Roberto

Fonte: https://www.google.com/search?q=acordo+de+alvor&tbm=isch&ved=2ahUKEwjOxdrCqfXgAhWlw4UKHVJwDUkQ2-cCegQIABAB&og=acordo+de+alvor&gs_l=mobile-gws-wiz-img.3...23724.26520..26948...0.0..0.0.0.....0....1.cLXti97_Xjk&ei=99SDXI7uAoiHlwTS4LXIBA&bih=512&biw=360&prmd=inv&hl=pt-PT#imgsrc=WIYSHgXVaV8lwM. Acesso aos 08-03-2019.

Anexo 3: A tentativa de Golpe de Estado



3.1 Os nitistas ou gopistas

Fonte: <https://www.google.com/search?q=fraccionismo+&tbn=isch&ved=2ahUKEwiOtdqLqvXgAhVBeRoKHawkA2sQ2-cCegQIABAB#imgsrc=RkjsRSkKrXUvcM>. Acesso aos 08-03-2019.

3.2 Cemitério das vítimas do fraccionismo

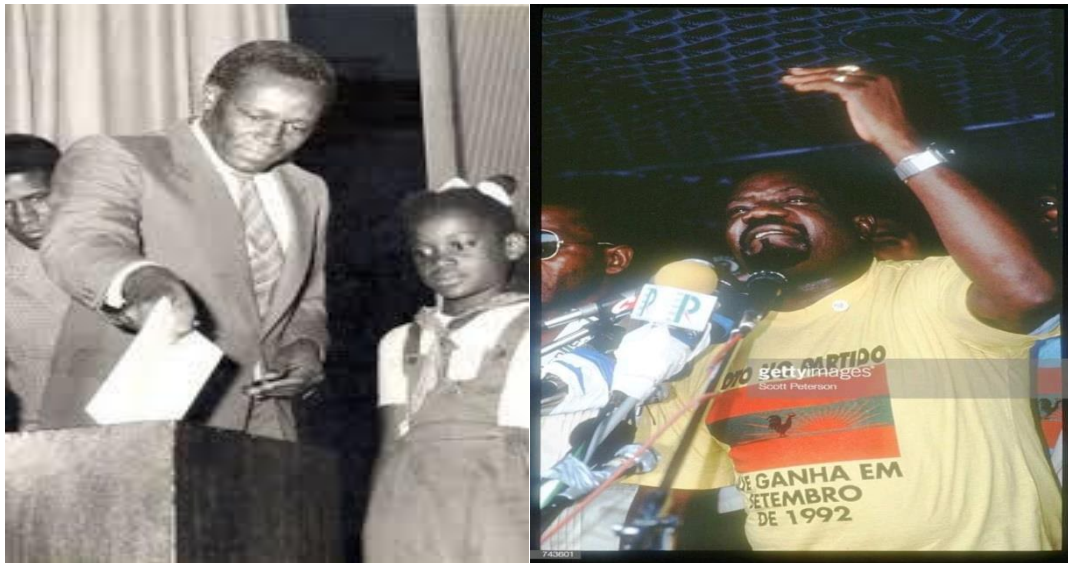
Anexo 4: Assinatura dos acordos de Bicesse



Os assinantes à esquerda José Eduardo dos Santos e a direita Jonas Malheiro Savimbi

Fonte: https://www.google.com/search?q=acordos+de+bicesse+&tbn=isch&ved=2ahUKEwiK-qyYqvXgAhVNXxoKHYVZC2gQ2-cCegQIABAB&ogq=acordos+de+bicesse+&gs_l=mobile-gws-wiz-img.3...103813.111818..112334...0.0..1.863.1691.6-2.....0....1.....0.81l-iaqUwUo&ei=qtWDXIr9J82-aYWzrcAG#imgsrc=39WqD8GGd7nC5M. Acesso aos 08-03-2019.

Anexo 5: Campanha das eleições de 1992



À esquerda José Eduardo dos Santos e à direita Jonas Malheiro Savimbi

Fonte: https://www.google.com/search?q=campanha+eleitoral+1992+angola+&tbm=isch&ved=2ahUKEwjOoLyWpvXgAhVM0IUkHaMCBKcQ2-cCegQIABAB&oq=campanha+eleitoral+1992+angola+&gs_l=mobile-gws-wiz-img.3...25039.27233..27708...0.0..0.0.0.....0....1.BfCONqby-ww&ei=dNGDXM6WO8yglwSjhZC4Cg&bih=512&biw=360&prmd=inv&hl=pt-PT#imgsrc=TRR3NluO_XRN2M. Acesso aos 08-03-2019.

Anexo 6: Memorando de Entendimento de Luena



À esquerda General Armando da Cruz Neto e à direita General Abreu Muengo Ucuachitembo “Kamorteiro”

Fonte: https://www.google.com/search?q=acordo+de+luena&tbm=isch&ved=2ahUKEwjLpInqpvXgAhXOIhoKHd5mBmAQ2-cCegQIABAB&oq=acordo+de+luena&gs_l=mobile-gws-wiz-img.3...130617.136858..138306...0.0..1.2325.4556.9-2.....0....1.....0.S9MSzCLA7D8&ei=JNKDXMuCEs7FaN7NmYAG&bih=512&biw=360&prmd=inv&hl=pt-PT#imgsrc=Q14CEFaFpxOx2M. Acesso aos 08-03-2019.

Anexo7: Consequências da guerra civil



Edifício no

planalto Central de Angola destruído pela guerra

Fonte: [https://www.google.com/search?q=consequências+da+guerra+em+angola+&tbm=isch&ved=2ahUKEwizx9-up_XgAhWU4oUKHdb6AX4Q2-](https://www.google.com/search?q=consequências+da+guerra+em+angola+&tbm=isch&ved=2ahUKEwizx9-up_XgAhWU4oUKHdb6AX4Q2-cCegQIABAB&og=consequências+da+guerra+em+angola+&gs_l=mobile-gws-wiz-img.3..0l5.159932.165762..168210...0.0..1.3621.7677.6-1j3j0j1.....0....1.....0.0irBiJuCXmc&ei=tNKDXLOdE5TFIwTW9YfwBw&bih=512&biw=360&prmd=in v&hl=pt-PT#imgsrc=DXKImRgxw39ypM)

[cCegQIABAB&og=consequências+da+guerra+em+angola+&gs_l=mobile-gws-wiz-](https://www.google.com/search?q=consequências+da+guerra+em+angola+&tbm=isch&ved=2ahUKEwizx9-up_XgAhWU4oUKHdb6AX4Q2-cCegQIABAB&og=consequências+da+guerra+em+angola+&gs_l=mobile-gws-wiz-img.3..0l5.159932.165762..168210...0.0..1.3621.7677.6-1j3j0j1.....0....1.....0.0irBiJuCXmc&ei=tNKDXLOdE5TFIwTW9YfwBw&bih=512&biw=360&prmd=in v&hl=pt-PT#imgsrc=DXKImRgxw39ypM)

[img.3..0l5.159932.165762..168210...0.0..1.3621.7677.6-](https://www.google.com/search?q=consequências+da+guerra+em+angola+&tbm=isch&ved=2ahUKEwizx9-up_XgAhWU4oUKHdb6AX4Q2-cCegQIABAB&og=consequências+da+guerra+em+angola+&gs_l=mobile-gws-wiz-img.3..0l5.159932.165762..168210...0.0..1.3621.7677.6-1j3j0j1.....0....1.....0.0irBiJuCXmc&ei=tNKDXLOdE5TFIwTW9YfwBw&bih=512&biw=360&prmd=in v&hl=pt-PT#imgsrc=DXKImRgxw39ypM)

[1j3j0j1.....0....1.....0.0irBiJuCXmc&ei=tNKDXLOdE5TFIwTW9YfwBw&bih=512&biw=360&prmd=in v&hl=pt-PT#imgsrc=DXKImRgxw39ypM](https://www.google.com/search?q=consequências+da+guerra+em+angola+&tbm=isch&ved=2ahUKEwizx9-up_XgAhWU4oUKHdb6AX4Q2-cCegQIABAB&og=consequências+da+guerra+em+angola+&gs_l=mobile-gws-wiz-img.3..0l5.159932.165762..168210...0.0..1.3621.7677.6-1j3j0j1.....0....1.....0.0irBiJuCXmc&ei=tNKDXLOdE5TFIwTW9YfwBw&bih=512&biw=360&prmd=in v&hl=pt-PT#imgsrc=DXKImRgxw39ypM). Acesso aos 08-03-2019.

Anexo 8: Guião de entrevista



Instituto Superior de Ciências da Educação

Departamento de Ciências Sociais

Secção de História

Guião de entrevista

Tema: O percurso Sócio-Político dos Movimentos de Libertação Nacional de Angola: Aproximações e Desacordos num Conflito Armado Gerado pela Guerra Fria.

Identificação do entrevistado

-Nome completo

-Idade

-Instituição (Política ou social)

-Contacto

1. **Sobre a guerra civil** (entrevistar dois militantes do MPLA e dois da UNITA).
 - a. Olhando para a guerra civil em Angola, encontra alguma ligação com a ideia de disputa pelo poder?
 - b. Que modalidades foram introduzidas ao nível dos acordos de Alvor para o quadro de ascensão ao poder em Angola?
 - c. Qual foi o ponto de estrangulamento do referido acordo? Quem o violou?
 - d. A opção política do MPLA pelo monopartidarismo reforçou a balcanização entre os movimentos políticos em Angola?
 - e. O quê levou o MPLA a tomar essa opção política tem a haver com as situações históricas de sua criação, dos seus dirigentes ou com as circunstâncias políticas daquela altura?
 - f. Qual é a diferença ideológica entre a UNITA e o MPLA?
 - g. Que influência tiveram os aliados dos beligerantes na ascensão pelo poder?
 - h. Que apreciação faz do desempenho dos organismos internacionais (OUA e ONU) na luta pelo poder em Angola?
2. **Sobre o 27 de Maio de 1977** (entrevistar duas testemunhas/sobreviventes e três dirigentes do MPLA).
 - a. Foi ou não uma tentativa de assaltar o poder?
 - b. O que estava na base dessa cisão dentro do MPLA foi a clarificação ideológica ou mesmo ambição pelo poder conforme fazem referência certas bibliografias?
 - c. Decorridos 40 anos, o governo do MPLA reconhece que houve na altura excessos, qual é a estimativa de vítimas e como o MPLA continuou após essa carnificina?

- d. Qual foi o impacto social em Angola do 27 de Maio de 1977 e como o MPLA devia proceder para resolver o sucedido?
3. **Sobre as eleições de 1992** (um dirigente da CNE, dois dirigentes do MPLA e dois da UNITA).
- a. O multipartidarismo em Angola é resultado dos factores internos ou externos?
- b. A bibliografia que tivemos acesso tende a considerar que a UNITA só aceitou partir para o escrutínio porque a dada altura do processo de Bicesse detinha vantagens militares sobre o MPLA e por que acreditava ou as estatísticas indicavam uma vitória nas eleições? Considera este raciocínio correcto?
- c. Naquela altura quais poderiam ser na hierarquia máxima do MPLA os substitutos proeminentes de Agostinho Neto?
- d. Que apreciação faz da sucessão de Agostinho Neto por José Eduardo dos Santos depois dos recentes comentários⁷⁵ de Ruth Neto?
- e. Há possibilidades de Agostinho Neto e Eduardo dos Santos terem sido presidentes por projecção da URSS (Rússia)?
- f. A UNITA desde a independência foi sempre defensora da democracia e da institucionalização do multipartidarismo, porém os relatos que nos chegam da Jamba são de que esta, durante a sua administração em terras sobre seu domínio, as pessoas eram assassinadas ou desapareciam, sobretudo quando “perigavam” o poder de Jonas Malheiro Savimbi. Como perceber este paradoxo?
- g. Qual é a extensão máxima do território nacional que a UNITA chegou a conquistar e quando?
- h. A divisão da UNITA em ala renovada e de Savimbi pode estar enquadrada na luta pelo poder?
- i. Podemos considerar que em Angola as ideologias são mais fortes em detrimento do nacionalismo, uma vez que de 1975 à 2002, o país foi uma piscina de acordos falhados e pelo facto da paz só se ter efectivado pelo combate?

⁷⁵ Ruth Neto, irmã de Agostinho Neto em directo na Rádio LAC em Luanda no programa café da manhã alegou que Eduardo dos Santos esteve envolvido na morte de Agostinho Neto.

- j. Qual deve ser o papel do povo na problemática de sucessão?
- k. Qual é o posicionamento das instituições públicas na sucessão ao poder?
- l. Como melhorar o processo de sucessão ao poder em Angola?
- m. Em relação ao tema, tem algo que não perguntamos e acha importante que os angolanos saibam?